



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS – CCEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PGLB

RANNYELLE NATALLYA PEREIRA DE SOUZA

**UMA INVESTIGAÇÃO EM TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS
DE ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO REGULAR DA REDE
PÚBLICA DE BACABAL - MA: O ENSINO DA ARGUMENTAÇÃO**

BACABAL

2021

RANNYELLE NATALLYA PEREIRA DE SOUZA

**A ARGUMENTAÇÃO NA ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO EM TEXTOS
DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS DE ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO
MÉDIO REGULAR DA REDE PÚBLICA DE BACABAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, UFMA – Centro de Ciências, Educação e Linguagens, CCEL, como requisito obrigatório para o título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Texto e discurso.

Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique Serra

BACABAL

2021

RANNYELLE NATALLYA PEREIRA DE SOUZA

**A ARGUMENTAÇÃO NA ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO EM TEXTOS
DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS DE ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO
MÉDIO REGULAR DA REDE PÚBLICA DE BACABAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, UFMA – Centro de Ciências, Educação e Linguagens, CCEL, como requisito obrigatório para o título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Texto e discurso.

APROVADO EM: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Orientador – UFMA

Prof. Dr. José Antônio Vieira
Examinador Interno – UEMA

Prof. Dr. João Benvindo de Moura
Examinador Externo - UFPI

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira de Souza, Rannyelle Natallya.

Uma investigação em textos dissertativo- argumentativos de alunos do 1º ano do ensino médio regular da rede pública de Bacabal – MA: O ensino da argumentação / Rannyelle Natallya Pereira de Souza. - 2021.
84 f.

Orientador: Luís Henrique Serra.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2021.

1. Argumentação. 2. Estratégias Argumentativas. 3. Operadores Argumentativos.
4. Textos dissertativo-argumentativos.

I. Serra, Luís Henrique. II. Título.

À minha filha Débora Reis. Ansiosa por conhecê-la.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, autor da vida, por me proporcionar saúde, tempo, disposição e coragem para almejar esse curso. Sua misericórdia foi definitiva para prosseguir e concluir esse trabalho.

À Universidade Federal do Maranhão, por contribuir com minha formação acadêmica de forma tão significativa, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Letras na pessoa de sua coordenadora prof^a. Dr. Mariana Ribeiro.

Aos professores do programa que contribuíram diretamente para a ampliação do meu conhecimento com suas discussões e reflexões tão valiosas que mudaram minha maneira de perceber o mundo e a língua.

Em especial ao prof^o. Dr. Luís Henrique Serra, meu orientador, que com sua competência incontestável e gentileza, firme conduziu com maestria os trabalhos de orientação, me incentivando a continuar, mesmo em meio as circunstâncias negativas. Sua orientação foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas de turma em especial Leonildes Colaço pelo apoio e pelos momentos de força e descontração proporcionados que tornaram essa caminhada mais leve e divertida.

À banca examinadora, por contribuir de forma singular para o aprimoramento desse trabalho.

A amiga Milena de Oliveira que tanto me ajudou no trabalho com seu apoio, proporcionando mais tempo para que eu pudesse estudar e Edycleia Moura com sua amizade, disponibilidade e disposição. Fizeram muita diferença no resultado, obrigada.

Ao meu amado esposo, Joás Henrique, que com seu apoio, paciência e palavras de incentivo contribuiu majestosamente para a conclusão desse trabalho.

Todo argumento permite sempre a discussão de duas teses contrárias, inclusive este de que a tese favorável e contrária são igualmente defensáveis.

Protágoras

RESUMO

A argumentação, segundo Fiorin (2018), é um fato da linguagem, uma capacidade natural, em outras palavras, todos os seres humanos têm potencialidade argumentativa. Tendo essa ideia como base, esta pesquisa tem como objetivo principal identificar e analisar as estratégias e operadores argumentativos frequentes nas produções de textos dissertativo-argumentativos de alunos do primeiro ano do ensino médio da rede estadual de ensino de Bacabal, observando os como essa construção ocorre de acordo com escolhas de recursos específicos em detrimento de outros. Objetiva também apresentar uma discussão acerca do ensino de argumentação na escola. Algumas discussões de estudiosos do tema, como as produzidas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e suas considerações sobre a argumentação na nova retórica; Plantin (2008) e a perspectiva de vinculação da argumentação à lógica, retórica e a dialética, Amossy (2018) e a fundamentação dos esquemas argumentativos no discurso; Koch (2018) com as especificações dos operadores argumentativos, foram algumas das teorias apresentadas para nortear a pesquisa e, conseqüentemente para a análise dos textos. O trabalho considerou em sua análise textos de alunos do ensino médio sobre um assunto polêmico, o conhecido “jeitinho brasileiro”, tema de um projeto realizado pelo ministério público em parceria com as escolas estaduais, analisando o ponto de vista deles, bem como suas organizações argumentativas, fundamentadas, principalmente nas técnicas argumentativas de Perelman e Olbrechts-Tyteca e nos esquemas argumentativos de Amossy. Esse trabalho, além de analisar a construção da argumentação por meio das estratégias argumentativas utilizadas, visa proporcionar através dessas produções e suas características uma reflexão a respeito da argumentação no âmbito escolar, principalmente no Ensino Médio, mostrando como resultado que os alunos do 1º ano do ensino médio são sim, capazes de argumentar, como vemos por meio da identificação e análise das estratégias argumentativas.

Palavras-chave: Argumentação; estratégias argumentativas; operadores argumentativos; textos dissertativo-argumentativos.

ABSTRACT

Argumentation, according to Fiorin (2018), is a fact of language, a natural ability, in other words, all human beings have argumentative potential. With this idea as a basis, this research aims to identify and analyze the strategies and argumentative operators frequent in the production of dissertation-argumentative texts by first-year high school students in the state school system of Bacabal, observing how this construction occurs. according to specific resource choices over others. It also aims to present a discussion about the teaching of argumentation at school. Some discussions by scholars on the subject, such as those produced by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005) and their considerations on argumentation in the new rhetoric; Plantin (2008) and the perspective of linking argumentation to logic, rhetoric and dialectics, Amossy (2018) and the foundation of argumentative schemes in discourse; Koch (2018) with the specifications of the argumentative operators, were some of the theories presented to guide the research and, consequently, for the analysis of the texts. The work considered in its analysis texts by high school students on a controversial subject, the well-known “Brazilian way”, the theme of a project carried out by the Public Ministry in partnership with state schools, analyzing their point of view, as well as their organizations argumentative, based mainly on the argumentative techniques of Perelman and Olbrechts-Tyteca and on the argumentative schemes of Amossy. This work, in addition to analyzing the construction of argumentation through the argumentative strategies used, aims to provide, through these productions and their characteristics, a reflection on argumentation in the school environment, especially in High School, showing as a result that 1st year students of high school students are, yes, able to argue, as we see through the identification and analysis of argumentative strategies.

Key-words: Argumentation; argumentative strategies; argumentative operators; dissertation-argumentative texts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Capa do livro <i>Ética e vergonha na cara</i>	40
FIGURA 2 – Capa do livro <i>Jeitinho Brasileiro</i> , de Livia Barbosa.....	42
FIGURA 3 – Operadores argumentativos mais presentes nas produções.....	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A ARGUMENTAÇÃO: TEORIAS E PERSPECTIVAS	15
3 GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO ESCOLAR E A ARGUMENTAÇÃO.....	23
3.1 Gênero Discursivo Redação Escolar.....	23
3.2 A Argumentação na Linguagem: operadores argumentativos e o encadeamento textual.....	26
3.3 A Argumentação no Discurso: estratégias argumentativas	31
3.3.1 Argumento de autoridade	31
3.3.2 Delimitadores de domínio na argumentação por comprovação.....	32
3.3.3 As relações lógico-semânticas na argumentação	33
3.3.4 Argumento de reciprocidade.....	34
3.3.5 Argumento de comparação	34
3.3.6 Argumento pragmático	35
4 ARGUMENTAÇÃO EM SALA DE AULA.....	36
5 METODOLOGIA	41
6 A ARGUMENTAÇÃO NA ESCRITA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM BACABAL: análises	49
6.1 Análise Quantitativa dos Operadores Argumentativos mais Recorrentes nos Textos dos Alunos do 1º ano	50
6.2 Análise Qualitativa das Estratégias Argumentativas Usadas nos Textos Dissertativo-Argumentativo dos Alunos do 1º ano	58
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a argumentação têm apresentado ao longo da história diferentes perspectivas, produzindo divisões da argumentação e da retórica, constituindo a retórica, de certa forma, como um termo genérico que engloba a argumentação. Segundo defende Amossy (2018), as concepções concorrentes da retórica e da argumentação colocam em jogo uma visão da comunicação humana e das funções da fala social. Para alguns autores, a retórica, abordada como sinônimo da argumentação, confunde-se com uma lógica dos valores e com o exercício da razão prática.

Já para alguns outros autores, a argumentação possui finalidade de explorar a razão e o raciocínio empregado na língua natural, permitindo a compreensão do conceito de argumento validando a lógica e desvendando as falácias, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades críticas. Ainda para outros autores a argumentação não trata sobre julgamento nem aplicação de avaliação, mas da descrição da realidade construindo relações intersubjetivas e a realidade social, analisando o funcionamento da comunicação humana como fenômeno cognitivo, linguageiro e sociopolítico.

O interesse em pesquisar sobre a argumentação surgiu no cenário escolar devido a tantos comentários negativos feitos por colegas a respeito da argumentação dos alunos nos textos, ou melhor, a falta dela e, o estopim para buscar realizar uma pesquisa sobre essa temática se confirmou durante uma conversa que tivemos com um professor de Língua Portuguesa a respeito de alguns textos dissertativo-argumentativos produzidos por seus alunos em sala de aula. Segundo ele, era muito visível a ausência de argumentação nas construções de produções textuais dos alunos do ensino médio.

Quando se estuda a argumentação na perspectiva discursivo-argumentativa e cognitivista, percebemos a contradição desse tipo de discurso, sobretudo porque, como comentam Koch e Elias (2018, p. 23) “argumentar é humano”, ou seja, natural e naturalmente realizado. Partindo dessa premissa, a afirmação de ausência de argumentação nos textos desses alunos seria invalidada, pois, considerando os estudos sobre a argumentação na língua, essa é uma capacidade natural para o ser humano. Todo ato comunicativo humano, ou seja, todo ato de linguagem é argumentativo.

A visão apresentada pelo professor acerca da argumentação, ou melhor, da ausência dela nos textos dissertativo-argumentativos de alunos do ensino médio, é muito comum entre docentes e discentes na educação básica e dar uma amostra, um norte de como a escola tem abordado essa temática. O estudo da argumentação não aparenta ser explorado em toda a sua

amplitude. De um modo geral, o que se pode perceber é que a argumentação tem sido analisada de maneira limitada por meio de vocabulário memorizado e pela repetição de um modelo de redação pré-estabelecido como o mais adequado a alcançar uma avaliação satisfatória na redação de um texto argumentativo.

Considerando essa questão, objetivamos com esse trabalho apresentar uma discussão a respeito do ensino da argumentação na escola, não com a intenção de propor alguma metodologia de ensino eficaz nesse quesito, mas incitar uma reflexão acerca de como a argumentação pode estar sendo abordada no âmbito da sala de aula. Estabelecemos ainda como objetivos a identificação e análise dos operadores argumentativos e das estratégias de argumentação presentes nas produções textos dissertativo-argumentativos de alunos do 1º ano do ensino médio.

Acreditamos que nosso trabalho traz contribuições positivas para o processo de conhecimento e ensino da argumentação na escola, que parece trilhar um caminho distinto das perspectivas, tanto da língua como do discurso, apresentadas por vários estudiosos nessa pesquisa. Julgamos também que através da análise dos textos dos alunos é possível conceber uma noção desse processo de ensino e ainda de que forma tem sido absorvida essa aprendizagem.

Tomando como base o discurso proferido por um professor de Língua Portuguesa convencido de que o texto argumentativo dos alunos não era adequado para competir no vestibular, discurso esse que possivelmente reflete o conceito de argumentação no contexto escolar, percebe-se que quanto a argumentação os alunos têm sido habituados, literalmente, apenas para escreverem visando, especificamente, os vestibulares e exames seletivos externos, como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, não percebendo todas as perspectivas envolvidas no sentido da construção da argumentação.

Embora a argumentação seja considerada como uma habilidade natural, na escola, é tida como a instituição de aperfeiçoamento das capacidades humanas e a julgar pela visão apresentada por um agente de mediação do ensino – o professor antes mencionado aqui –, os questionamentos a respeito dessa temática não parecem estar recebendo um direcionamento propício ao desenvolvimento dessa capacidade. Com base nessas questões, o presente trabalho apresenta algumas visões de diferentes teóricos sobre a argumentação ao longo da história e como se constituem as estratégias argumentativas que fundamentam um argumento no discurso e o encadeamento textual por meio de operadores argumentativos, abordando ainda uma reflexão a respeito de que forma o ensino da argumentação tem acontecido nas escolas.

Observando como se estruturam os materiais didáticos de Língua Portuguesa, principalmente de Produção Textual no Ensino médio, a metodologia de ensino nas produções de texto, os cursinhos pré-vestibulares e seu modelo ideal de redação textual amplamente divulgado nas mídias gerais, se pode pensar que essa problemática não tem sido restrita apenas à escola ou ao município onde a pesquisa foi realizada – Bacabal, Maranhão –, mas faz parte de um conceito adquirido, um padrão de ensino que tem sido propagado e reproduzido, dificultando a compreensão e engessando todos os diferentes aspectos, reflexões e perspectivas em relação ao ensino da argumentação.

Levando em consideração esses pressupostos, é possível inferir, que o ensino da argumentação nas escolas pode não estar considerando suas diferentes perspectivas de estudos, tanto suas reflexões no campo da linguagem, quanto no campo do discurso, nem os distintos pontos de vista que contribuem para a amplitude da compreensão de como se constitui de fato a argumentação, pois o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM que deveria ser a constatação de eficácia do conhecimento e práticas argumentativas, vem mostrando em seus resultados, justamente o contrário.

É possível que a partir do conhecimento e inserção desses estudos no ensino da argumentação na escola, a produção textual dos alunos talvez se tornasse mais espontânea, original, levando em consideração as condições de produção, o contexto e as práticas sociais, apresentando realmente os seus pontos de vista sem a preocupação quase que principal da reprodução de um protótipo de alcance amplo.

Este trabalho realiza-se, além dos aspectos citados anteriormente, com base no projeto Ler, escrever e pensar: conscientizar para transformar, idealizado pelo ministério público em parceria com a unidade regional de ensino de Bacabal, que tem por objetivo o incentivo à leitura e a escrita dos estudantes de ensino médio através da leitura do livro O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros de Livia Barbosa. Fundamentados nessa leitura produziram textos dissertativo-argumentativos, onde as estratégias e os operadores argumentativos poderiam ser identificados e analisados.

Organizado ainda por uma metodologia que abrange a justificativa da escolha de textos dissertativo-argumentativos para análise dessas estratégias de argumentação, identificação dos tipos de operadores, visando contribuir para a ampliação da visão do que é argumentação e de como ela se constitui nos textos, pretendendo ainda colaborar com a desmistificação da argumentação como fórmula pronta e de aspecto decorativo para se conseguir produzir um texto dissertativo-argumentativo convincente.

Partindo dessa ideia, o trabalho foi pensado e organizado de modo a apresentar o tipo textual tradicionalmente concebido como o ideal para uma boa produção de texto, o dissertativo-argumentativo, especificamente o gênero redação escolar, pois este é o tipo de produção na qual estão presentes em sua estrutura construções de argumentação, proporcionando uma investigação mais pontual sobre as estratégias argumentativas e os operadores responsáveis pelo encadeamento textual, possibilitando mapear e quantificar a presença de uma escolha em detrimento de outra, juntamente com os efeitos que pretenderam causar.

Para que o trabalho seja realizado, partimos dos seguintes pressupostos: (i) a argumentação é algo natural da linguagem e a construção do texto argumentativo acontece de diferentes maneiras; (ii) a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua; (iii) a capacidade argumentativa, inerente ao ser humano, é um dos indicadores fundamentais da formação do sujeito (KOCH, 2000; FIORIN, 2018). Nesse mesmo sentido, Fiorin (2018, p. 15) explica que “É lugar-comum na linguística atual a afirmação de que a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana e de que, portanto, todos os enunciados são argumentativos”.

Portanto, de acordo com os estudos e pesquisas realizadas a respeito da argumentação, não seria prudente afirmar que um texto não possui argumentação, mas, em vez da negativa, levar em consideração quais estratégias argumentativas são usadas e como são constituídas pelos usuários de uma língua, visto que a argumentação é natural. É justamente isso que se pretende fazer na análise de alguns textos produzidos por alunos do primeiro ano do ensino médio, buscando identificar as construções de sentido mais comuns e o motivo que os levaram a selecionar uma determinada estratégia argumentativa em detrimento de outra.

A título de organização dividimos esse trabalho em capítulos. No primeiro apresentamos algumas perspectivas sobre a argumentação de forma geral, seus aspectos teóricos e a distinção entre os estudos de retórica e argumentação. No segundo trazemos explicações sobre o gênero redação escolar e sua relação com a argumentação, além dos estudos da argumentação na língua (operadores) e no discurso (estratégias). No terceiro temos uma abordagem acerca da argumentação em sala de aula e do que dizem os documentos que regem a educação nacional. No quarto a metodologia detalhada de como ocorreu todo o processo de realização desse trabalho até sua conclusão. Finalmente, no quinto capítulo procedemos a análise dos dados quantitativamente – mostrando a frequência operadores argumentativos nos textos estatisticamente – e, qualitativamente – analisando as estratégias argumentativas usadas pelos alunos na construção da argumentação.

2 A ARGUMENTAÇÃO: TEORIAS E PERSPECTIVAS

Muitas são as teorias e perspectivas estudadas ao longo da história a respeito da construção da argumentação. Inicialmente estudada pelos filósofos, a argumentação foi abordada por Aristóteles como componente dos sistemas lógico, retórico e dialético, cuja separação esse conjunto disciplinar só foi completada no fim do século XIX. Segundo Plantin (2008, p. 08) “do ponto de vista da organização clássica das disciplinas, a argumentação está vinculada à lógica, “a arte de pensar corretamente”, à retórica, “a arte de bem falar”, e a dialética, “a arte do bem dialogar”. Na década de 50 do século XX, a construção de um pensamento autônomo da argumentação foi estimulada pela vontade de encontrar uma noção de discurso moderado em oposição aos discursos fanáticos dos totalitarismos, o que deu origem a novos estudos da retórica.

Ligada ao convencimento e à persuasão, os estudos da retórica são datados desde a Grécia Antiga, onde surgiu ligada à democracia e onde os maiores pensadores já falavam a respeito. A definição de retórica remete a capacidade de elevar a linguagem, seja ela escrita ou falada, a um nível de eficácia capaz de comover, agradar ou persuadir quem ouve ou lê, podendo ser entendida como a arte de prender a atenção do seu interlocutor. Pode ser relacionada com a dialética e a oratória, composta de um sistema de recursos e regras que atuam em vários níveis da construção discursiva, inicialmente utilizada como instrumento para persuadir em audiências políticas ou jurídicas.

Situada no quadro da polis, isto é, num espaço político e institucional dotado de leis e costumes, a palavra eficaz “é concebida somente [...] a partir do momento em que os grupos humanos são constituídos em torno de valores simbólicos que os reúnem, os dinamizam e os motivam” (MOLINIÉ, 1992, P. 5 apud AMOSSY, 2018, P. 16). O livre exercício do julgamento é pressuposto pela arte de persuadir por meio de palavras. A retórica só tem sentido, de fato, onde o auditório pode dar seu assentimento sem ser constrangido pela força.

Embora Aristóteles seja considerado o pai da retórica, foram os sofistas, dentre estes destacando-se Protágoras, que dominavam as técnicas de retórica e discurso, os primeiros a estudar no século 5 a. C. o poder da linguagem. Para os sofistas, a retórica visa uma argumentação fundada no verossímil, e não no verdadeiro ou na verdade em si, operando a partir da diversidade de opiniões e argumentos. A habilidade retórica seria, justamente, ser capaz de confrontar os argumentos contrários. Porém, foi com Aristóteles que alguns conceitos desenvolvidos pelos seus antecessores, Sócrates e Platão, foram aprofundados.

Como dito antes, para ele a retórica estava no patamar de outros dois grandes saberes da época: a lógica e a dialética.

Na antiguidade, a retórica passou a ganhar mais espaço quando empregada nos tribunais e assembleias para convencer os juízes e para persuadir o povo. Também ganhou notoriedade no Império Romano, passando a ser ensinada nas academias para os jovens como disciplina. Todavia, do século 17 ao século 20, com o advento de novas correntes de pensamento, principalmente o Positivismo e a ascensão dos métodos científicos, a retórica como forma de persuasão viveu um momento de declínio, pois não estava centrada na argumentação, mas em algo como a explicação de um texto, uma forma de eloquência que não estava voltada para convencer pela prova e pelo debate, mas para subjugar pelo esplendor verbal.

Em resumo, na virada do século XIX para o século XX, a situação é, aparentemente, a seguinte: a retórica está cientificamente invalidada como método por ser incapaz de produzir o saber positivo, o que leva a sua exclusão do currículo universitário. A lógica, ao se tornar formal, não se define mais como uma arte de pensar capaz de reger o bom discurso em língua natural, mas como um ramo da matemática. Os estudos da argumentação refluem para o direito. Todo esse descrédito é incrementado por intervenções não pertinentes em campos científicos de ponta. Novos estilos argumentativos aparecem, fundados no método crítico. Essa situação iria se manter inalterada até, pelo menos, os anos 1970. (PLANTIN, 2008, P. 19-20)

Porém, no final do século passado autores como Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca modernizaram o conceito e criaram a chamada Nova Retórica, problematizando juízo de valor, moral, política e direitos, mostrando nessa nova retórica uma teoria da argumentação.

Uma argumentação eficaz, é aquela que consegue incrementar a intensidade da adesão, de modo a desencadear entre os ouvintes a ação visada (ação positiva ou abstenção), ou de modo a pelo menos criar, entre eles, uma disposição para a ação, que se manifeste no momento oportuno (PERELMAN, 2005 apud PLANTIN, 2008 p. 46).

Ainda segundo Plantin (2008, p. 11), a argumentação vinculada à lógica é definida no quadro de uma teoria das três “operações de espírito”: a apreensão, o juízo e o raciocínio: - pela apreensão, o espírito apreende um conceito, depois o delimita; - pelo juízo, ele afirma ou nega algo desse conceito para chegar a uma proposição; - pelo raciocínio, ele encadeia essas proposições, de modo a avançar do conhecido para o desconhecido. No plano da linguagem, essas operações cognitivas correspondem respectivamente: - à fixação linguística do conceito por meio de um termo e à questão da referência; - à construção do enunciado por imposição de um predicado a esse termo e à questão do verdadeiro e falso; - ao encadeamento das proposições ou argumentações, pelas quais produzimos proposições novas a partir de já

conhecidas. A argumentação corresponde, no plano discursivo, ao raciocínio no plano cognitivo.

A argumentação retórica é definida de maneira bem específica pelas seguintes características: trata-se de uma retórica referencial, uma teoria de signos que formula o problema dos objetos, dos fatos, da evidência, mesmo que sua representação linguística adequada só possa ser apreendida no conflito e na negociação das representações. Ainda no campo da retórica busca trazer a melhor prova possível para comprovação, convencimento, por isso considerada muitas vezes como argumentação comprobatória.

Além disso, é considerada também polifônica, seu objeto privilegiado é a intervenção institucional planejada; seu caráter eloquente é acessório. No conjunto técnico que a retórica constitui, a teoria da argumentação corresponde “à invenção”, seus conceitos essenciais se materializam nos argumentos concretos, fatos discursivos complexos de lógica, de estilo e de afetos.

Na dialética, a argumentação é uma interação limitada, com um vencedor e um perdedor. Segundo sua antiga definição, dialética e retórica são as duas artes do discurso. A dialética incide sobre teses de ordem filosófica; a retórica se interessa por questões particulares, de ordem social ou política. A retórica é para a fala pública aquilo que a dialética é para a fala privada de característica mais conversacional. Por fim, enquanto a dialética é uma técnica da discussão entre dois parceiros, procedendo por perguntas e respostas, a retórica tem por objeto o discurso longo e contínuo.

Para a retórica, a competência argumentativa não é uma competência semântica da língua (no sentido saussuriano), mas uma técnica especializada do planejamento lógico-discursivo, uma competência da fala, de múltiplas dimensões (emocional, objetual, relacional). Não basta saber falar para saber argumentar, são necessários competências e um aprendizado específicos. (PLANTIN, 2008, p. 35).

Na concepção advinda de Aristóteles, a retórica aparece como palavra destinada a um auditório que ela tenta influenciar, como posições razoáveis. De acordo com sua concepção, a argumentação está presente em todos os domínios humanos em que é preciso adotar uma opinião ou tomar uma decisão, não apresentando-se como uma verdade absoluta, mas fundamentando-se no que parece ser plausível. Para ele, a argumentação tem como principal fundamento os raciocínios lógicos que estão na base do discurso com intenção persuasiva.

Na tradição aristotélica, a retórica se define assim: (i) um discurso que não existe fora do processo de comunicação, em que um locutor leva em consideração aquele a quem se dirige; (ii) um discurso que pretende agir sobre os espíritos, e, assim, sobre o real; (iii) uma

atividade verbal que toma como referência a razão e que se dirige a um auditório capaz de raciocinar; (iii) um discurso construído, usando técnicas e estratégias para chegar à sua finalidade de persuasão.

A nova retórica de Perelman, rompendo com a visão de antigas “retóricas restritas” de classificação ou de análises de figuras, produz renovação pela reflexão sobre o poder da palavra em sua dimensão de troca social. Ele define argumentação como “as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1970, p. 5 apud AMOSSY, 2018, p. 21).

A argumentação incide sobre aquilo em que é preciso crer, região na qual encontra a questão da prova e da demonstração, mas ela incide tanto mais sobre aquilo que é preciso fazer, a que é preciso renunciar ou não, recusar ou aceitar ofertas de negociação. Enquanto para algumas questões derivadas do crer e da predição científica, podemos pensar que a incerteza é contingente, ela é essencial quando se consideram situações na qual intervêm agentes humanos.

A definição da argumentação como um modo de organização da fala em situações em que ela se choca com uma contradição insere o estudo da argumentação no estudo da linguagem, distingui-o nitidamente das pesquisas em epistemologia ou em metodologia científica, sem confundi-la com as teorias ou a filosofia da prova, da demonstração, da explicação ou da justificação em matemática ou em ciência.

Historicamente, as noções de demonstração e de argumentação que nos foram dadas em herança por meio da tradição ocidental foram construídas na Grécia antiga. Contudo, na obra de Aristóteles, a argumentação é caracterizada por suas diferenças com a argumentação lógica (premissas e regras indubitáveis vs. decorrentes da opinião). É preciso constatar que, por um reflexo continuísta do modelo aristotélico, a argumentação foi constantemente relacionada com a demonstração lógica (argumentação-demonstração) e não com as práticas científicas médicas das quais ela está mais próxima, por conta de sua natureza substancial e de sua relação com os dados (argumentação-prova).

A ruptura do vínculo entre a argumentação e as práticas da arte médica ou do raciocínio científico têm algo de surpreendente. Esse antagonismo, cujas origens são profundas e que agora funciona como lugar comum, fio consideravelmente reforçado pelo Tratado da Argumentação, de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Eles construíram uma noção autônoma de argumentação, por um lado, rejeitando as emoções e, de outro, opondo-se à

demonstração: trata-se de caracterizar um campo discursivo autônomo, no qual se fala “sem demonstrar nem se emocionar”

Os estudos de argumentação como conhecemos hoje são resultantes de uma tendência histórica de longa duração, na qual o período crucial se constitui no final do século XIX e início do século XX. Nesse período, a retórica foi duramente criticada, cientificamente invalidada e eliminada do currículo da universidade republicana por ser incapaz de produzir o saber positivo. Era a retórica jesuítica, centrada não na argumentação, mas em outros termos como explicação de textos, ampliação e imitação, uma forma de eloquência que objetivava apenas subjugar pelo esplendor e não convencer nem pela prova nem pelo debate. Fiorin, por sua vez, explica que “a retórica é, sem dúvida nenhuma, a disciplina que, na história do Ocidente, deu origem aos estudos do discurso” (FIORIN, 2018 p.22).

Nesse mesmo período, ao se tornar formal, a lógica passa a se definir como um ramo da matemática e não mais como a arte de pensar que possibilita reger o bom discurso. Novos estilos argumentativos aparecem, fundamentados no método crítico, na construção de um modo de discurso democrático racional, como rejeição dos discursos totalitários e nazistas, surgindo um momento lógico-linguístico. A argumentação reemergiu na França não no campo do discurso político, como prática crítica, mas no campo do estruturalismo, da lógica linguística, do cognitivismo, apresentando a teoria de que a argumentação está na língua, não na fala em circulação, uma abordagem totalmente diferente do que prevalecia antes.

Oswald Ducrot liderou um conjunto de outros pensadores que propuseram a *Teoria da Argumentação na Língua*, em que ele procura-se inserir a sua descrição semântica do sentido no quadro estruturalista saussuriano e no campo da Linguística da Enunciação, de Émile Benveniste, um dos primeiros a inserir o sujeito nos estudos linguísticos. Nesse sentido, é importante evidenciarmos a concepção de enunciação desse teórico, articulando-a com a sua concepção de argumentação. Em vários momentos, o autor enfatiza não conceber a enunciação como um fato empírico, ou seja, como uma atividade exercida por um ser humano que produz certo enunciado influenciado por determinadas condições ou forças internas ou externas.

Na teoria da argumentação na língua, a argumentação é reconstruída em um plano exclusivamente linguístico, de acordo com o programa estruturalista em linguística. A intuição fundamental desse modelo é que, quando um indivíduo produz um enunciado, já é possível, exclusivamente sobre essa base, prever o que ele vai dizer em seguida. O estudo da argumentação é o estudo das capacidades projetivas dos enunciados, da expectativa criada por sua enunciação. “Ele é solteiro, logo...não é casado”; “Ele é forte, logo...poderá levar esse fardo”. Essa intuição é formalizada na noção de “orientação argumentativa” de um enunciado. (PLANTIN, 2008, P. 32)

A reflexão contida na Teoria da Argumentação na Língua, embora enfatize os fenômenos da língua enquanto sistema abstrato, procura ir além, visto que, os fenômenos da língua também pertencerem à fala na medida em que o uso passa a lhes dar existência. A dicotomia língua/fala da linguística saussuriana é operacionalizada no quadro teórico de Ducrot através da distinção frase/enunciado. Para dar conta do tratamento do sentido no enunciado, enquanto produto da enunciação, Ducrot serve-se da noção saussuriana de valor, adaptando-a ao seu quadro teórico para abarcar as noções de significação, valor semântico da frase (entidade abstrata) e sentido, valor semântico do enunciado (entidade concreta produzida por um locutor). Com isso, mostra que a própria enunciação está inscrita na língua e é parte constitutiva dos sentidos dos enunciados. Disso resulta que a Teoria da Argumentação da Língua é uma perspectiva que enfatiza o uso, relacionando-o sempre com um sistema preexistente.

Assim como a retórica, a argumentação não é, para eles, um conjunto de estratégias verbais que visam a persuadir: ela se define, de modo mais circunscrito, como um encadeamento de enunciados que levam a uma conclusão determinada: um locutor argumenta quando apresenta um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) como destinado a admitir outro (ou um conjunto de outros) E2. (ANSCOMBRE; DUCROT, 1988, p. 8 *apud* AMOSSY, 2018, p. 35).

Os trabalhos de Jean-Claude Anscombre e de Oswald Ducrot impuseram, na França, uma concepção de argumentação entendida como o estudo das orientações semânticas e dos encadeamentos dos enunciados. Nessas teorias pragmáticas, os termos “retórica e “argumentação” apresentam significados bem diferentes daqueles atribuídos na tradição aristotélica, trazendo a ideia de que a argumentação linguística não tem relação com a argumentação retórica. Para eles, “a argumentação não é um conjunto de estratégias verbais que visam a persuadir: ela se define, de modo mais circunscrito, como um encadeamento de enunciados que levam a uma conclusão determinada”. (AMOSSY, 2018, p. 35).

As ideias do grupo de estudiosos que ficou conhecido como a nova retórica destacam a importância fundamental da recepção no momento da troca argumentativa. Nessa perspectiva dos estudos retóricos, fica evidente a maneira como o tipo de público ao qual o orador se dirige modela o discurso, pois quando falamos, sempre falamos para alguém, em função de alguém. Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, em sua teoria da argumentação, colocam como primordial e constitutiva a relação entre o orador e o auditório: “Evidentemente, como a argumentação visa a obter a adesão daqueles a quem dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar”. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 21).

Partindo desse pressuposto, para que se desenvolva uma argumentação, faz-se necessário que aqueles a quem ela se destina demonstrem algum interesse pelo que é dito e dispensem alguma atenção. Uma condição para a eficácia discursiva, segundo os estudos de Perelman (2005), é a importância dada às opiniões do outro, a necessidade de se adaptar ao auditório. Desse modo, o orador pode conquistar a adesão de seu público baseando seu discurso em premissas já aprovadas, opiniões e crenças previamente aceitas, construindo seu discurso sobre pontos de acordo, premissas ratificadas pelo auditório.

O saber compartilhado e as representações sociais constituem, então, o fundamento de toda argumentação. Eles permitem a emergência e a abertura do debate na polis, o Estado democrático onde os indivíduos devem tomar as decisões e negociar seus desacordos, fundando-se sobre aquilo que os une (AMOSSY, 2018, p. 107).

De acordo com Plantin (2008), a atividade argumentativa se desencadeia quando surge dúvida a respeito de um determinado ponto de vista. O ato de duvidar é definido como a reação de um interlocutor que se recusa a ratificar uma fala. Essa situação obriga o interlocutor a argumentar, desenvolver uma justificativa que fundamente sua reação, chamada por ele de “argumentação dialogada”. A argumentação não é uma atividade simples, tanto do ponto de vista cognitivo como do ponto de vista interpessoal, é a resistência do outro à opinião que estamos expondo, que nos faz engajar nessa atividade de forma intencional e elaborada.

Fiorin (2018, p. 16), baseado em Ducrot e Anscombre (1976), situa a argumentação não como um fato do discurso, ou seja, do texto em si, mas sim da linguagem (do ato comunicativo). Ele explica que “Ora, se todo enunciado orienta para determinada conclusão e essa orientação faz parte do sentido, a argumentação é um fato da linguagem e não de discurso”.

Por outro lado, Charaudeau (2016, p. 206) defende que “argumentar é, portanto, uma atividade discursiva que, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa de uma dupla busca – uma busca de racionalidade que tende a um ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo”. A constituição desses argumentos demanda apresentação e organização de ideias, bem como estruturação de raciocínio em defesa da tese ou ponto de vista.

Ainda de acordo com a ideia de que a argumentação é uma atividade do discurso e a explicação de fenômenos do universo, defendida por Charaudeau, mesmo que esses fenômenos tenham uma explicação universal, sua percepção passa por dois filtros: o da experiência pessoal e social do indivíduo e outro de esquematização coletiva que constroem um universo discursivo de explicação, ou seja, depende de percepções individuais e coletivas.

Aquele que argumenta, apesar de possuir a consciência de que a verdade é relativa, continua a tratá-la com ideia de universalidade, uma verdade universal baseada nas explicações, mesmo que o engajamento dessa verdade dependa também do olhar de um outro.

Segundo o linguista, o sujeito argumenta na intenção de convencer, persuadir seu interlocutor a partilhar sua opinião. Para isso, segundo o linguista francês, é preciso que exista na argumentação: (i) uma proposta que provoque em alguém um questionamento quanto a sua legitimidade; (ii) um sujeito que desenvolva um raciocínio para demonstrar a aceitabilidade quanto a essa proposta; (iii) um outro sujeito que se constitua alvo da argumentação, a quem se objetiva convencer, já que é possível a este tanto aceitar quanto refutar a argumentação apresentada.

Argumentação, portanto, é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, de um ponto de vista racional, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva (KOCH, 2018, p. 24).

Segundo Koch (2018, p. 23), o uso da linguagem se dá na forma de textos e se os textos são constituídos por sujeitos em interação, é necessária a conclusão de que “argumentar é humano”, considerando que a expressão dos quereres, saberes, vontades dos sujeitos se dá desde a mais tenra idade em cada momento que interagem, evidenciando, que a argumentação é, portanto, uma característica humana e se manifesta em diversas situações da vida.

Considerando as reflexões de alguns estudiosos sobre a argumentação, constatamos que mesmo os pesquisadores da temática apresentam visões distintas, evidenciando a complexidade de compreensão de como se constitui a argumentação. Há posicionamentos que apontam a argumentação como ato do discurso, construída no momento discursivo, assim como também há outros que apresentam como fato da linguagem, inerente ao ser humana, como sendo uma capacidade inata.

No que concerne a todo o estudo feito e às teorias apresentadas nessa pesquisa sobre argumentação, o trabalho parte da perspectiva de que toda argumentação é constituída tanto a partir de componentes contextuais quanto de componentes textuais, que são organizados para o desenvolvimento, apresentação e defesa de uma ideia, a partir dessas duas concepções fundamentamos nosso trabalho de análise.

3 GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO ESCOLAR E A ARGUMENTAÇÃO

Neste capítulo, trataremos a respeito de gênero textual, especificamente redação/dissertação escolar, da conceituação dos operadores argumentativos e das estratégias argumentativas. Como base de pesquisa para essas temáticas, trouxemos, por ser bem didática e possibilitar a explicação e análise dos dados de forma mais clara e pontual, a abordagem de Koch (2011) sobre os operadores e suas funções, fundamentada em Oswald Ducrot, o criador da teoria da argumentação na língua, e a definição das técnicas argumentativas/discursivas por Perelman e Tyteca (2005).

Nesta parte do trabalho, falaremos mais diretamente das discussões acerca do ensino de argumentação em sala de aula.

3.1 Gênero Discursivo Redação Escolar

Nossas interações verbais não são organizadas de maneira aleatória. Produzimos nossos enunciados seguindo certos “modelos”, isto é, formas mais ou menos estabelecidas de estruturação do discurso. Essas formas discursivas são chamadas de gêneros textuais. Notícias, anúncios publicitários, artigos, redação escolar, história em quadrinhos, receitas, fábulas, cartas, editoriais, conversas telefônicas são alguns dos vários gêneros orais e escritos que circulam cotidianamente na sociedade.

Em cada um deles, pode-se reconhecer um padrão relativamente estável, dado pelas características dos interlocutores e pela maneira como se comportam, pelo suporte físico ou virtual em que o gênero circula, por sua finalidade e pela esfera da atividade humana a que se relaciona. O tema, os recursos linguísticos e a estrutura de um texto não são escolhas totalmente livres, dependem daquilo que foi historicamente determinado como sendo próprio daquele gênero e do contexto comunicativo.

Apesar dos estudos sobre gêneros textuais remontarem da Antiguidade Clássica Grega, surgindo primeiro com Platão e em seguida com Aristóteles – na tradição retórica, foi o filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin quem primeiro teorizou sobre gêneros textuais/discursivos em nossa sociedade moderna, assegurando que todas as atividades humanas, em todas as esferas, são relacionadas ao uso da língua. Portanto, se as atividades humanas em sociedade são bastante variadas, então as formas de uso da linguagem também o são, viabilizando uma grande variedade de textos orais ou escritos.

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, especificadas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável no ponto de vista temático, composicional e estilístico (BAKHTIN, 2000, pp. 283-284).

Entendemos, a partir da reflexão de Bakhtin, então que é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto. Isso porque toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero, ou seja, a comunicação verbal só é possível por meio de algum gênero textual. Estamos submetidos, em consequência disso, a uma grande variedade de gêneros, sendo eles inúmeros a ponto de sua identificação parecer difuso, mas não infinitos.

De acordo com Marcuschi (2008), o estudo dos gêneros textuais é uma área interdisciplinar muito fértil, possibilitando uma atenção maior para as atividades culturais, sociais e para o funcionamento da língua. Mas, essa fertilidade só será possível explorar desde que não concebamos os gêneros com rigidez de estrutura ou como modelos estáticos e estanques, mas como entidades dinâmicas, uma forma cognitiva e cultural de ação social.

Diante disso, percebemos a contrariedade entre a visão abordada por Marcuschi a respeito do estudo dos gêneros textuais e o ensino tradicional de redação nas aulas de Língua Portuguesa, aulas essas essencialmente direcionadas pelas tipologias textuais (narrativas, descritivas e dissertativas). As condições de produção da redação na escola, muitas vezes, são consideradas inadequadas, pois exigem que os alunos sigam um modelo pronto, um exemplo de texto listado de regras, fazendo com que a escrita dos alunos se torne artificial e, conseqüentemente, não desperte interesse por parte dos alunos.

A redação reproduz uma situação superficial em que o discente sente a obrigação de produzir um texto de um assunto sobre o qual nunca havia pensado, além disso, muitas vezes, desconsidera o destinatário de sua “redação” e acaba escrevendo para si mesmo. Desconsidera-se aí a funcionalidade do texto, a característica subjetiva do locutor, do interlocutor, e a relação com o mundo (BRESSANIN, 2006, p. 55).

Partindo desse pressuposto, o que podemos inferir é que a argumentação na escrita desse gênero tem se tornado apenas uma organização do autor com a finalidade de produzir um texto lógico, mostrando ou aderindo a algum ponto de vista sobre o tema sugerido na tentativa de comprovar esse ponto de vista na sua produção, resultando em um texto muitas vezes engessado, preocupado apenas com a correção gramatical. Essa não poderia ser a única ou a maior preocupação do autor, pois a comprovação de sua competência discursiva depende

também do desenvolvimento do tema, adequação ao contexto e uma tese que possa ser sustentada, comprovada e legitimada.

O Ministério da Educação (MEC) é o órgão responsável pela administração de todo sistema educacional de ensino brasileiro, regendo e orientando todas as práticas escolares do país. Uma de suas orientações educacionais se deu por meio da Portaria Ministerial nº 391, de 07 de fevereiro de 2002, onde diz que “todos os processos seletivos [...] incluirão, necessariamente, uma prova de redação em língua portuguesa, de caráter eliminatório, segundo normas explicitadas no edital de convocação do processo seletivo”. Com base nessa orientação que exige que o texto escrito seja da tipologia dissertativo-argumentativo, motivo pelo qual tornou essa tipologia tão difundida no ambiente escolar, principalmente na última série do ensino médio.

O conceito apresentado nos livros didáticos a respeito do texto dissertativo é que sua finalidade é expor conhecimentos que se tem sobre um determinado assunto ou defender um ponto de vista sobre um tema, por meio de argumentos. Essa atividade dissertativa pode ser predominantemente expositiva (o princípio é a exposição clara e coerente de preposições, conhecimentos e informações) ou argumentativa (defesa de uma tese, um ponto de vista através de argumentos). O texto dissertativo possui uma organização estruturada basicamente em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Partindo da estrutura básica de organização do texto dissertativo, seja ele chamado de dissertação ou de redação escolar, que muitas vezes tem seu desenvolvimento sugerido em detalhes de parágrafos, elementos e vocabulário contribuindo assim para o aumento de traço de “artificialidade” na produção de um gênero textual/discursivo que em sua essência demanda plenitude de interação com uma prática comunicativa real na sociedade. Isso poderia ser visto como motivo de preocupação, pois não está restrito a uma avaliação específica no ambiente escolar, mas presente nos exames externos como vestibulares, no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e até em concursos públicos.

Uma redação bem escrita nos moldes de texto de tipologia dissertativo-argumentativo tornou-se sinônimo de escrita eficiente, mesmo que fatores sociais importantes no processo comunicativo sejam ignorados, levando em consideração principalmente um conjunto de regras não só estruturais, mas regras na própria escrita, como a escolha de termos tidos mais eloquentes ou eruditos para o enriquecimento do texto. Com isso, permeia a dúvida se essa escrita seria mesmo uma escrita eficiente que reflita a verdadeira identidade do sujeito que escreve, principalmente quando se remete ao período logo seguinte a divulgação da portaria.

Hoje, já se pode ousar dizer que a abordagem no tratamento e ensino do texto dissertativo em sala de aula têm melhorado, dando um pouco mais de atenção as finalidades específicas do texto e as esferas sociais, isso após muitos estudos sobre a tipologia dissertativo-argumentativo, as várias perspectivas sobre o estudo da argumentação e a atualização dos docentes, fruto de uma movimentação dos conceitos de língua na história. Essa percepção acontece devido também as experiências como docente no ensino básico, especificamente no ensino médio. No entanto, ainda não podemos ir muito além de uma pouca melhora, pois os vestibulares estão aí para nos mostrar que tudo ainda tem acontecido com uma certa cautela.

3.2 A Argumentação na Linguagem: operadores argumentativos e o encadeamento textual

O que é ou não expresso em enunciados só é possível de desenvolvimento na argumentação com a ajuda de algumas ferramentas linguística, elementos de ligação conhecidos no meio dos estudiosos da língua como conectores ou conectivos que podem pertencer a diferentes classes gramaticais como conjunção, advérbio ou preposição. Esses conectores, de fato, operam na análise argumentativa por acrescentarem mais uma função de construção de uma relação argumentativa à sua função natural de ligação.

Pela prática de leitura e da produção textual, é incontestável a importância desses conectivos, em especial as conjunções, como elementos fundamentais na organização textual, pois são responsáveis pela construção da coesão textual e contribuem também para a construção da coerência. Todavia, podemos observar nas gramáticas escolares e tradicionais que seus estudos se limitam a uma repetição de classificação dessas conjunções em coordenadas ou subordinadas e, essa repetição se dá há pelo menos meio século, tratando esses operadores argumentativos como meramente relacionais.

“O que normalmente se diz das conjunções é que elas ligam orações. Isto sem dúvida é verdade, mas esta classe de palavras tem, nas construções em que aparece, outras funções, seguramente tanto e até mesmo mais significativas” (GUIMARÃES, 1987, p. 35).

Para Ducrot (2002, p. 11 *apud* ARAÚJO, 2010, p. 4), operadores argumentativos são “palavras instrumentais (...) que servem para constituir discursos doadores de sentido que são, em nossa perspectiva, os encadeamentos argumentativos”. Em outras palavras, operadores ou marcadores argumentativos são elementos linguísticos que permitem orientar nossos enunciados para determinadas conclusões. São, por isso mesmo, responsáveis pela orientação e organização argumentativa dos enunciados, e eles são a comprovação de que a

argumentatividade está inscrita na própria estrutura da língua. Na perspectiva linguística, a argumentação deixa de ser considerada uma habilidade de convencimento e passa a ser vista como inerente à língua e à interação humana, permitindo a expressão das intenções do sujeito. Esses operadores argumentativos têm por função indicar ou mostrar a força argumentativa dos enunciados, a direção ou o sentido para o qual apontam. Em seus estudos, Ducrot utiliza duas noções básicas: classe argumentativa e escala argumentativa. A classe argumentativa designa o conjunto de elementos que apontam ou orientam para uma mesma conclusão. A escala argumentativa acontece quando enunciados de uma mesma classe argumentativa apresentam uma gradação de força (crescente ou decrescente) no sentido de uma mesma conclusão. Vejamos esse exemplo extraído da revista Viajar pelo mundo, ano 5, n.63.

Com vocês, Bucareste!
A capital romena é uma das boas pedidas do Leste europeu, com edifícios clássicos, história intrigante e até lendas sobre vampiros.

Substituindo a pontuação pelos operadores argumentativos, o texto pode ser formulado da seguinte forma:

A capital romena é uma das boas pedidas do Leste europeu. Não apenas exibe edifícios clássicos, como também possui história intrigante e até/ mesmo ou ainda tem lendas sobre vampiros.

No exemplo citado acima, constatamos três argumentos de uma mesma classe que orientam para uma mesma conclusão: A capital romena ser uma das boas pedidas, por quê? (1) Exibe edifícios clássicos / (2) Possui história intrigante / (3) Tem lendas sobre vampiros. Mas, há uma gradação nos argumentos, do mais fraco ao mais forte, na escala argumentativa.

Segundo os estudos de Koch e Elias (2018), a articulação entre orações, períodos, parágrafos e sequências maiores, precisa de uma certa atenção, pois para que o texto seja entendido como uma unidade de sentido todas essas partes são contribuintes. Os articuladores textuais ou operadores argumentativos atuam em diferentes níveis no estabelecimento da coesão, da orientação argumentativa e da coerência do texto: no da organização global, articulando sequências ou partes maiores do texto; no nível intermediário, encadeando parágrafos ou períodos; no nível microestrutural, encadeando orações e termos da oração.

Diante do que foi exposto, constatamos que os operadores argumentativos vão além de estabelecer apenas relações superficiais e limitadas, sendo responsáveis por várias funções que contribuem para a construção de sentido do texto ou enunciado. Estabelecem nos enunciados relações lógico-semântico (causa, condição); sinalizam relações discursivo-argumentativas; exercem a função de organizadores textuais; introduzem comentários sobre a formulação do enunciado e da enunciação em si.

Tanto nas gramáticas, como no ensino de língua materna, tem-se dado maior ênfase ao estudo dos morfemas lexicais e dos morfemas gramaticais flexionais e derivacionais, relegando-se a um plano totalmente secundário os elementos aqui abordados. Desse modo, eles passam praticamente despercebidos ao aprendiz, que – na melhor das hipóteses – limita-se a decora-los, sem lhes dar maior atenção. No entanto, como vimos, grande parte da força argumentativa do texto está na dependência dessas marcas [...]. (KOCH, 2011, pp. 106,107)

Há vários tipos de operadores e, cada um desses elementos possui um valor significativo na argumentação, indicando o tipo, intensidade e força do argumento usado no texto ou enunciado. Vejamos, a seguir, alguns exemplos de tipos de operadores discursivos e os possíveis efeitos de sentido, assim como o tipo de organização que eles proporcionam. Os exemplos apresentados aqui são extraídos de Koch e Elias (2018, pp. 65-75).

1. Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: *E, também, ainda, nem (e não), não só...mas também, tanto...como, além de, além disso etc.*

Exemplo: Mais do que nunca o país precisa de superação. **E** vai depender, mais uma vez, muito de seus jovens, honestos, desinibidos, sonhadores, preparados, inteligentes e competentes. (Folha de São Paulo. Mercado, 14 de julho de 2005).

2. Operadores que indicam o argumento mais forte de uma escala a favor de uma determinada conclusão. *Até, até mesmo, inclusive.*

Exemplo: Para enfrentar a crise procure uma grande agência. Pode **inclusive** ser a nossa. (Folha de São Paulo. Poder, 13 de julho de 2015)

3. Operadores que deixam subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes: *Ao menos, pelo menos, no mínimo.*

Exemplo: Jeitinho brasileiro é promovido a estratégia no mundo dos negócios. O jeitinho brasileiro foi promovido de vergonha nacional ao centro da cultura estratégica brasileira. E com ensinamentos a serem divulgados mundo afora. **Pelo menos** ao levar em conta que o modo de agir peculiar foi tema de palestras a empresários ligados à Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB) na segunda-feira (17), em São Paulo (OLIVEIRA, Felipe. Folha de São Paulo. Mercado, 20 de agosto de 2015, A16);

4. Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: *Mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, embora, ainda que, posto que, apesar de (que).*

Exemplo: Não existe dia ruim para comprar uma BMW. **Mas** existe dia melhor. (Veja, n. 2.357, 22 de janeiro de 2014);

5. Operadores que introduzem uma conclusão com relação a argumentos apresentados em enunciados anteriores: *Logo, portanto, pois, por isso, por conseguinte, em decorrência.*

Exemplo: Dias de calor intenso podem causar danos à saúde se não forem tomados os cuidados adequados. O organismo perde líquidos naturalmente ao longo do dia. **Por isso** hidrate-se neste carnaval!

(Anúncio Abyara BrasilBrokers. Folha de São Paulo. Mercado, 15 de fevereiro de 2015);

6. Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação referente ao enunciado que foi apresentado anteriormente: *Porque, porquanto, já que, pois, que, visto que, como.*

Exemplo: Por que viajar para a Áustria? **Porque** é um país que combina os opostos: rica herança imperial com uma espetacular arquitetura moderna. (Jornal de férias da Áustria. Disponível em: <<http://anabarandasvienna.files.wordpress.com>> Acesso em 8 de janeiro de 2016).

7. Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos visando a uma determinada conclusão: *Mais...(do) que, menos...(do) que, tão ...quanto.*

Exemplo: Em 15 anos, a capital paulista terá **mais** velhos **do que** jovens; atual geração de idosos é **mais** ativa **do que** anteriores. (Revista São Paulo. São Paulo: Folha de São Paulo, 16 de agosto de 2015.)

8. Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam à conclusões diferentes ou opostas: *Ou...ou, quer..quer, seja...seja.*

Exemplo: **Seja** porque a vida de gente grande é uma pedreira, **seja** pela neotenia – o apego à forma jovem, a característica mais bela de nossa espécie -, o fato é que há homens que nunca deixam de ser meninos pela vida afora. (Fonte: Francisco Daudt. “O menino no armário. Folha de São Paulo. Cotidiano, 19 de agosto de 2015.)

9. Operadores que introduzem no enunciado conteúdos pressupostos: *Já, ainda, agora.*

Exemplo: Sua vida **já** é digital. Está na hora de a sua conta também ser. (Campanha da Vivo. “Usar bem pega bem”. Veja, São Paulo, n. 2438, 12 de agosto de 2015).

Todos esses exemplos citados mostram os operadores argumentativos em ação e seus valores individuais para a construção do encadeamento textual e, conseqüentemente da argumentação, são esses elementos os responsáveis para orientar cada enunciado a uma conclusão consonante com seu sentido significativo. Eles conectam as sentenças e enunciados dando a eles um significado próprio, promovendo diferentes funções, desde uma relação de conexão ou sequenciação, orientação argumentativa entre dois ou mais pontos do texto ou

uma coesão interparágrafos e intraparágrafos. Por isso cada língua possui operadores que sustentam a conexão dos termos assim como dos sentidos. São eles que orientam e completam o sentido argumentativo da língua.

3.3 A Argumentação no Discurso: estratégias argumentativas

Em uma outra perspectiva de estudo e reflexão, temos a argumentação no discurso, que é construída através das estratégias argumentativas. Além desses operadores ou marcadores argumentativos apresentados por Koch e Elias (2018), como elementos importantes na construção da argumentação no texto ou enunciado e de grande influência na sua compreensão e eficácia, há ainda estratégias que contribuem para a construção e fundamentação da argumentação no discurso. Tais estratégias argumentativas, conceituadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 209) como técnicas argumentativas, têm o intuito de convencer o interlocutor da veracidade, fundamentação e razão de ser da defesa de determinada tese, consolidando, portanto, o texto produzido.

Enquanto o orador argumenta, o ouvinte, por sua vez, ficará inclinado a argumentar espontaneamente a cerca desse discurso, a fim de tomar uma atitude a seu respeito, de determinar o crédito que lhe deve dar. O ouvinte que percebe os argumentos não só pode percebê-los à sua maneira como é o autor de novos argumentos espontâneos, o mais das vezes não expresso, mas que ainda sim intervirão para modificar o resultado final da argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 213).

Essas técnicas são tipos de argumentos que fundamentam, contribuem para a construção da argumentação ou dão veracidade ao ponto de vista que está sendo defendido, muitas vezes utilizadas como forma de validar, dar credibilidade a tese apresentada. A seguir uma classificação dos tipos de argumentos que podem ser encontrados em textos dissertativo-argumentativos.

3.3.1 Argumento de autoridade

No que diz respeito aos marcadores discursivos, nos estudos sobre a argumentação e a construção do texto, existem algumas estratégias que são muito comuns na condução ou no estabelecimento de ideias. Alguns argumentos são influenciados pelo prestígio, porém o argumento especificamente caracterizado é o de autoridade, utilizando atos ou juízos de uma pessoa ou grupo de pessoas como meio para a validação ou comprovação de uma tese. Apresentado por Koch (2018, p. 48) como uma estratégia usada para dar credibilidade ao

enunciado, tendo como propósito argumentativo fundamentar a tese ou opinião em questão. Sempre que uma ideia é defendida, procuram-se pessoas conhecidas e respeitadas com relação ao conhecimento da temática, especialistas na área específica do tema apresentado que possam dar pontos de vistas e credibilidade ao que é dito “O que está em jogo na argumentação pretendida é não apenas o dito, mas principalmente o responsável pelo dizer, a credibilidade das fontes selecionadas”. (KOCH, 2018, p. 43).

Geralmente, apresentamos no corpo do texto a menção de uma informação extraída de outra fonte, tentando relacionar a ideia de um autor à ideia que estamos apresentando, buscando, com isso, credibilidade diante da audiência. A citação direta é a forma mais prototípica dessa estratégia.

Exemplo: A Organização Mundial de saúde (OMS) considerou nesta terça-feira que a situação epidemiológica da febre Chikungunya nas Américas é “grave”, no momento em que o número de doentes já supera os 5.000.

“A situação na região é realmente grave. Muitos dos países da região estão registrando casos”, disse em Havana a diretora-geral da OMS, Margaret Chan. Fonte: AGENCE FRANCE-PRESSE. Diário de Pernambuco, 16 de julho de 2014 (grifos originais).

Como podemos ver no exemplo citado, a referência de uma afirmação da diretora geral da OMS foi utilizada como um argumento de autoridade, pois não teria órgão de maior competência para falar a respeito do agravamento ou não de uma situação de saúde pública do que a Organização Mundial de Saúde, atribuindo credibilidade para a avaliação realizada no contexto epidemiológico em questão.

Além da citação direta, são apontados como forma de estratégia do argumento de autoridade citações indiretas, menções e uso de símbolos que são utilizados para dar credibilidade ao que está sendo dito.

3.3.2 Delimitadores de domínio na argumentação por comprovação

Com os delimitadores de domínio, a sustentação da argumentação se dará a partir de informações apresentadas de forma específica (dados, estatísticas demográficas, estudos científicos, jurídicos, biológicos). Nessa direção, são usados marcadores que evidenciam o âmbito dentro do qual o conteúdo do enunciado deve ser verificado para definir o ponto de vista comprovando a validade do que é enunciado.

Exemplo: O ministro da Educação, Cristovam Buarque, lança hoje o Mapa da Exclusão Educacional. O estudo do Inep, feito a partir de dados do IBGE e do Censo Educacional do Ministério da Educação, mostra o número de crianças de sete a catorze anos que estão fora das escolas em cada estado.

Segundo o mapa, no Brasil, 1,4 milhão de crianças, ou 5,5 % da população nessa faixa etária (sete a catorze anos), para a qual o ensino é obrigatório, não frequentam as salas de aula. O pior índice é do Amazonas: 16,8% das crianças do estado, ou 92,8 mil, estão fora da escola. O melhor, o Distrito Federal, com apenas 2,3% (7 200) de crianças excluídas, seguido por Rio Grande do Sul, com 2,7% (39 mil) e São Paulo, com 3,2% (168,7 mil) (Fonte: Mônica Bergamo. Folha de S. Paulo, 3.12.2003).

Nesse tipo de citação, o autor precisa de dados reais que possam ser comprovados e que demonstrem e corroborem com sua tese defendida no texto. Como pode-se perceber, os dados percentuais expostos no exemplo citado anteriormente, tirado do Folha de São Paulo, foram fornecidos pelo IBGE, conceituado instituto de estatísticas que atribui credibilidade ao argumento apresentado.

3.3.3 As relações lógico-semânticas na argumentação

A criação de relações de causa e efeito é um recurso utilizado para demonstrar que uma conclusão (afirmada no texto) é necessária, e não fruto de uma interpretação pessoal que pode ser contestada. Através de conectivos adequados, a conclusão é orientada. “Do ponto de vista do discurso, causa ou efeito não é um valor inerente a um fato na sua relação com o outro, mas uma possibilidade de sentido segundo a necessidade de compreensão do evento a que se faz referência” (KOCH, 2008, p. 126).

Exemplo: O fumo é o mais grave problema de saúde pública no Brasil. Assim como não admitimos que os comerciantes de maconha, crack ou heroína façam propaganda para os nossos filhos na TV, todas as formas de publicidade do cigarro deveriam ser proibidas terminantemente. Para os desobedientes, cadeia. (Drauzio Varella. In: Folha de S. Paulo, 20 de maio de 2000).

As relações lógico-semânticas possibilitam por meio de conectivos a conexão causa-efeito orientando a compreensão. A argumentação quase-lógica se apresentará de uma forma quase explícita, em um momento o orador apresentará raciocínios formais aos quais se refere, prevalecendo-se do pensamento lógico, em outro momento esses raciocínios serão

subjacentes, implícitos. A estrutura de uma argumentação quase-lógica é fundamentada na lógica matemática, o que pode ser, para muitos, motivo de surpresa, pois não imaginam a possibilidade do uso da lógica matemática no discurso, o que pode ser um empecilho para a identificação e análise dessa estratégia argumentativa.

3.3.4 Argumento de reciprocidade

Essas estratégias argumentativas visam aplicar o mesmo tratamento a duas situações correspondentes. Realizam a assimilação de situações ao considerar certas relações são simétricas. Baseado nas relações de antecedente e conseqüente de uma mesma relação, parem ser ao mesmo tempo formais e fundamentais na natureza das coisas, a própria qualificação das situações supõe a simetria. Esse tipo de argumento também pode ser resultado da transposição de pontos de vista, que reconhece a partir da simetria a identidade de certas situações. Aristóteles já considerava exemplos tirados das “relações recíprocas”, o exemplo do publicano *Diomedonte* a respeito dos impostos:

Se não é vergonhoso para vós vende-los, também não o é para nós comprá-lo.

No mesmo gênero de proposições temos:

O que é honroso aprender, também é honroso ensinar.

No argumento de reciprocidade, vemos uma recíproca de significados, o paradoxo de sentido não é permitido, pois a ideia que é defendida é que se é lícito receber algo, também seria doar.

3.3.5 Argumento de comparação

São argumentos quase-lógicos. Em geral, são apresentados como constatações de fato, enquanto a relação de igualdade ou desigualdade afirmada só constitui, em geral, uma pretensão do orador.

É o mesmo crime roubar o Estado ou praticar larguezas contrárias ao interesse público.

As comparações podem dar-se por oposições (o pesado e o leve), por ordenamento (o que é mais pesado que) e por ordenação quantitativa (no caso, a pesagem por meio de unidades de peso).

Nesse tipo de argumento, é perceptível a clareza lógica dos argumentos, por isso são quase- lógicos. Não seria possível protestar contra a corrupção e ao mesmo tempo praticar atitudes que burlem as leis, mesmo que consideradas de “pequeno dano” ou como “espertezas do dia a dia”, a lógica deixaria de existir, independente da dimensão do ato não deixa de ser também uma atitude de corrupção. Nesse caso, a proporção não determina a conceituação, sendo ato mínimo ou máximo não deixa de ser corrupção.

A comparação entre comportamento mais leve e o comportamento mais pesado não exclui o conceito da ação. Há um comparativo, um argumento de comparação que serve para afirmar e validar a argumentação do enunciado e não o contrário.

3.3.6 Argumento pragmático

Permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis, presentes ou futuras. Para apreciar um acontecimento, cumpre reportar-se a seus efeitos. Possibilita passar uma ordem de valor a outra. O argumento pragmático consiste em propor como critério para o sucesso, objetividade e validade, ou seja, o resultado obtido tem relação direta com determinada atitude tomada, a pesagem de algo é feita por meio de sua consequência. Resulta da obrigatoriedade de levar em consideração as consequências, sejam elas consideradas boas ou más. Um exemplo melhor para todos a respeito do argumento pragmático é a afirmação de Santa Teresa:

Algumas pessoas fazem progressos considerando o inferno, outras, que se afligem pensando no inferno, considerando o céu; outras, a morte.

No argumento pragmático, o que é contemplado é o resultado obtido, a consequência da ação é o que estimula a determinada atitude. Como podemos perceber no exemplo citado acima, no qual apresenta três perspectivas diferentes para um mesmo comportamento: as pessoas progredem, porém, incentivadas por resultados diferentes, no caso desse exemplo, temos céu, inferno e morte, algumas temem o inferno, outras anseiam o céu e outras levam em consideração a morte. Seja devido a um bom ou mau resultado o acontecimento é apreciado e avaliado, seria nesse tipo de argumento possível dizer que os fins justificam os meios.

4 A ARGUMENTAÇÃO EM SALA DE AULA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Art. 35, parágrafo III apud BRASIL, 2021, p. 464) tem como finalidade “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Entende-se que o estudante traga consigo do ensino fundamental conhecimentos prévios que serão aperfeiçoados no ensino médio, possibilitando o prosseguimento dos estudos. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ponto principal do Ensino Médio, principalmente na área de linguagem, é a ampliação da autonomia e do protagonismo estudantil, que traz o aluno como principal agente de seu próprio conhecimento.

A BNCC é um documento que define as aprendizagens que os estudantes precisam desenvolver durante a Educação Básica, de acordo com o documento, tais aprendizagens são desenvolvidas por meio de competências e habilidades específicas a cada área do conhecimento visando desenvolver o posicionamento crítico, principalmente no que corresponde a área de Linguagens, ou seja, trata da construção do conhecimento e como esse conhecimento pode ser empregado. Uma das competências específicas para a área de Linguagens.

Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo (BRASIL, 2021, p. 491).

Essa competência está atrelada à habilidade de explicar, interpretar e intervir de forma crítica na realidade. Pode-se dizer que a proposta é que o ensino de língua com base no texto seja voltado para o desenvolvimento da competência linguístico-discursiva do estudante, nos dando elementos para refletir sobre o ensino da argumentação nas escolas. Observando a organização dos livros e a postura de professores de linguado Ensino Médio, pode-se identificar a abordagem do fenômeno da argumentação similar a retórica, não levando em consideração outros elementos linguísticos.

Ainda segundo a BNCC (BRASIL, 2019, p. 498) “cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos”. Partindo dessa premissa, é na escola que a argumentação precisa ser estudada, instigada, investigada e aprimorada nas produções textuais, não como uma fórmula a ser memorizada, técnicas

prontas e palavras “mais adequadas” que são reproduzidas repetidamente nos textos dos alunos na ocasião dos exames externos ao ambiente escolar, como é o caso do Exame Nacional do Ensino Médio.

Essas demandas exigem que as escolas de Ensino Médio ampliem as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes e reflexivas, balizados pelos valores da sociedade democrática e do estado de direito. Exigem ainda possibilitar aos estudantes condições tanto para o adensamento de seus conhecimentos, alcançando maior nível de teorização e análise crítica, quanto para o exercício contínuo de práticas discursivas em diversas linguagens. Essas práticas visam à participação qualificada no mundo, por meio de argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e o bem comum. (BRASIL, 2017, p. 477)

Nesse sentido, seria mais interessante se a abordagem do fenômeno da argumentação e o processo de aprendizagem dos operadores e das estratégias argumentativas fossem discutidos e trabalhados em conjunto com o processo de leitura e produção textual. Mesmo abordando nesse trabalho, a inerência da argumentação não se pode deixar de comentar que há alguns gêneros textuais que possuem em sua estrutura elementos que proporcionam o desenvolvimento próprio das estratégias argumentativas, é o caso dos gêneros textuais argumentativos.

Partindo desse ponto, o contato dos alunos com esses gêneros amplia essa capacidade e proporciona aos estudantes viver experiências desconectadas do limite do ambiente escolar e voltadas à vida real, em sociedade, analisando e refletindo sobre questões sociais, políticas, econômicas relevantes do contexto em que vive, já que são os textos argumentativos que mais incentivam a opinar, questionar e criticar os temas abordados em seu conteúdo.

Para isso, a escola na figura do professor de Língua Portuguesa poderia pensar no fenômeno da argumentação como um processo mais amplo, abordando a temática não só como uma habilidade de convencimento a respeito de um ponto de vista com um modelo fixo de frases feitas com palavras “bonitas” e operadores comumente escolhidos, reduzindo a uma fórmula pronta de redação para uso nos seletivos externos. A argumentação está presente nas expressões linguísticas e nos momentos de interação social, portanto, o trabalho feito pela escola com a leitura, escrita e produção textual sem a resistência de trabalhar com a argumentação de forma mais ampla poderia ser mais eficiente.

Segundo Charaudeau (2016, p. 202) “a tradição escolar nunca esteve muito à vontade com essa atividade da linguagem, em contraste com o forte desenvolvimento do Narrativo e do Descritivo”. As orientações formais e instruções oficiais da educação são todas recomendações para o desenvolvimento das capacidades de raciocínio e autonomia dos

alunos, até aqui tudo bem, o problema é a falta de orientação específica e detalhada de como se chegar a esse feito.

O processo de ensino-aprendizagem como um todo não é fácil, sendo que o no campo das linguagens tem sido mais difícil ainda, principalmente no que corresponde as lições de gramática e dos elementos linguísticos, pois há muito continua como um estudo lógico, uma análise lógica. No entanto, de lógico na linguagem somente o sistema linguístico em si devido a necessidade de construção e combinação das frases, que são na maioria das vezes, apresentadas sem nenhuma consideração das situações de comunicação. Essa consideração faz-se necessária, principalmente quando se trata da argumentação, que de acordo com Charaudeau não está na organização da língua, mas sim na organização do discurso.

Embora todas as habilidades pressuponham a mobilização do raciocínio, nem todas se restringem ao seu desenvolvimento. Assim, por exemplo, a identificação de regularidades e padrões exige, além de raciocínio, a representação e a comunicação para expressar as generalizações, bem como a construção de uma argumentação consistente para justificar o raciocínio utilizado (BRASIL, 2017, p. 519).

Partindo dessa premissa, pode-se dizer que a argumentação está presente nas mais diferentes esferas da vida cotidiana; seja na esfera pública, quando argumentamos no exercício da atividade profissional ou institucionalizada e muitas vezes precisamos defender um ponto de vista diante de outros que não partilham conosco a mesma tese, ou particular, quando argumentamos internamente a respeito de questões controversas, procurando estabelecer prós e contras relacionadas a determinada situação para um possível posicionamento. Portanto, a argumentação não pode ser vista como uma atividade discursiva eventual, mas uma forma de pensamento básica da vida cotidiana.

O nível de interesse de pesquisadores, agentes educacionais e professores no papel que a argumentação pode desempenhar em situações de ensino-aprendizagem pode refletir o grau de reconhecimento que o engajamento da argumentação promove nos indivíduos em seus processos cognitivos, reflexivos e discursivos considerados essenciais a construção do conhecimento, proporcionando, ou melhor, ampliando a capacidade crítica de formular e reformular ideias.

Diante disso pode- se dizer que a argumentação é percebida como uma atividade cognitivo-discursiva que auxilia na compreensão de temas de diferentes campos de conhecimento, argumentar para aprender e ao mesmo tempo, através de prática educacionais específicas desenvolver competências cognitivas e discursivas particulares, o aprender a argumentar, apesar de já conhecer a perspectiva de que a argumentação não é eventual,

fazendo parte da vida cotidiana. Levando em consideração essa abordagem seria possível trazer para a sala de aula as reflexões sobre argumentação desde os primeiros níveis de escolaridade.

A meu ver, decisões quanto ao trabalho com argumentação em distintos níveis de escolaridade serão sempre reguladas pelas possibilidades de argumentação que se reconhece existir na criança e pelos níveis de desenvolvimento dessas mesmas possibilidades, a que se quer conduzi-la. Partindo dessa ideia e da constatação empírica de que movimentos argumentativos são observáveis na fala da criança desde muito cedo, a conclusão a que se impõe é que é possível trazer a argumentação para a sala de aula em praticamente todos os níveis de escolaridade. (LEITÃO; DAMIANOVIC, 2011, p. 36).

Essa tarefa é possível de ser realizada por qualquer professor sendo adaptada aos seus múltiplos objetivos de aula, seja aproveitando oportunidades de argumentação em sala de aula de forma espontânea ou usando oportunidades criadas deliberadamente. A questão aqui passível de comentário poderia ser a disponibilidade do professor em trabalhar com ações específicas e sua disposição para fazê-lo, bem como seus próprios conhecimentos a respeito da argumentação e seu processo de construção.

A disposição do professor em trabalhar a argumentação juntamente com seu processo construtivo de forma gradual e crescente e não de forma esporádica, eventual e apressada, visando só os exames externos como os vestibulares, pode fazer muita diferença. Um exemplo digno de ser citado é o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem 2020, no qual dentre os mais de dois milhões de textos corrigidos, apenas vinte e oito deles obtiveram nota máxima, enquanto um total de mais de oitenta e seis mil zeraram sua produção textual, um resultado que pode ser considerado alarmante tamanha desproporção percentual.

Diante desse resultado, é válida a reflexão de como a argumentação tem sido abordada em sala de aula. Sabe-se que existem cursinhos denominados tipicamente pré-vestibulares, que atuam especificamente no auxílio da aprendizagem para esses exames, incluindo a tão temida redação. Esses cursos apresentam muitas fórmulas de como conseguir desenvolver o texto perfeito, ensinando estratégias e modelos de produção. Porém, diante desse resultado insatisfatório divulgado no Enem pode-se inferir que algo pode não está dando certo.

Nos reportando as salas de aula convencionais das escolas, fundamentada em experiências contextuais e pessoais, é possível relatar que a abordagem sobre a argumentação tem sido feita de maneira pontual e eventual, especificamente na última série do ensino médio com a finalidade de preparar os alunos quase que exclusivamente para os exames externos, os vestibulares.

Se em algum momento houver a adoção do resultado do Enem 2020, apresentado anteriormente como base de pesquisa e de reflexão sobre a argumentação e seu processo de construção, pode-se chegar à conclusão que as abordagens a esse respeito não têm funcionado como deveria para que as produções apresentassem uma lógica argumentativa bem construída, conectando de forma equilibrada tanto os operadores quanto as estratégias argumentativas.

Em suma, de acordo com as teorias e perspectivas estudadas a respeito da argumentação para a realização dessa pesquisa, a argumentação não pode ser entendida apenas em contextos óbvios e pontuais como, por exemplo, argumentação judicial, debate político ou preparação para vestibulares, mas também em situações de ensino-aprendizagem que proporcionam mais de um entendimento, com procedimentos a serem selecionados e conceitos a serem compreendidos.

5 METODOLOGIA

O *corpus* dessa pesquisa é formado por um conjunto de 73 textos dissertativo-argumentativos produzidos por alunos do 1º ano do ensino médio regular da rede pública estadual de Bacabal, com idade entre 14 e 16 anos. Os alunos produziram os textos para a realização das atividades do projeto “Ler, Escrever e Pensar: conscientizar para transformar” promovido pelo Ministério Público em parceria com a Unidade Regional de Bacabal – URE e todas as escolas pertencentes a essa regional. A partir da leitura dos textos, observação da escrita e da forma como os estudantes construíam sua argumentação, com base em pesquisadores e estudos existentes sobre a temática, foi possível analisar como foi a elaboração da argumentação e quais recursos são mais comuns nas produções desses estudantes.

O projeto Ler, Escrever e Pensar: conscientizar para transformar acontece anualmente e constitui-se de um projeto de incentivo aos alunos de ensino médio da rede pública estadual a produzirem textos dissertativo-argumentativos com base em algum livro de autor brasileiro que trate sobre questões gerais da nossa sociedade, visando incentivar a leitura e a escrita, causar reflexão, debate e possivelmente mudança de comportamento. O projeto se estende a todo ensino médio, porém, as produções analisadas nesse trabalho constituem apenas as produções dos alunos do 1ºano, pois só a estas foi garantido o acesso devido a função como professora se limitar a esta série de ensino. Como cada professor de Produção Textual responsável por cada série deveria acompanhar o desenvolvimento do projeto em cada etapa, não teria como se envolver com as produções das demais séries envolvidas.

FIGURA 1 – Capa do livro *Ética e vergonha na cara*



Fonte: Google imagens

O livro *Ética e Vergonha na Cara* (1. ed pela Editora Papirus e 7 mares, publicado em 2014), de Mário Sérgio Cortella e Clóvis de Barros Filho, questiona a maneira como nos comportamos no dia a dia e os conflitos éticos enfrentados. Esse livro foi uma das publicações escolhidas para embasar o projeto em um dos anos de sua realização.

O projeto referido é realizado nas três séries do ensino médio das escolas públicas estaduais da cidade de Bacabal sob a supervisão e orientação direta dos professores de Produção Textual dessas séries e escolas participantes, além da contribuição de promotores, delegados ou autoridades judiciais por meio de palestras sobre o tema em questão. Todos os alunos dessas séries são incentivados a participarem e produzirem seus textos que, ao final do projeto, concorrem a uma premiação custeada e distribuída pelo ministério público da cidade.

Depois de produzidos, os textos são avaliados pelos professores de Produção Textual responsáveis por cada série de cada escola que escolhem dentre todos alguns textos considerados mais completos que serão enviados a uma comissão composta por coordenador pedagógico e professores de Língua Portuguesa de cada escola participante do projeto. A comissão julgadora escolhe um texto de um aluno representante de cada série para concorrer com as produções de outros alunos das outras escolas.

Por conseguinte, o texto escolhido de cada série das escolas que participam é enviado a uma outra comissão julgadora composta por profissionais da educação pertencentes a Unidade Regional – URE, que escolherão dentre os textos enviados de todas as escolas pertencentes a regional os três textos vencedores, correspondendo assim ao primeiro, segundo e terceiro lugar com direito a premiação, troféu e medalha a cada lugar no pódio. O texto ganhador do primeiro lugar garante ao aluno o recebimento da medalha de ouro e um notebook, o ganhador do segundo recebe medalha de prata e um celular, o terceiro ganhador medalha de bronze e um tablet.

Não só os alunos dos textos ganhadores recebem reconhecimento, como também as escolas nas quais os alunos estudam. A escola cujo aluno ganha em primeiro lugar recebe um troféu de escola nota dez, reconhecendo a responsabilidade desta pela orientação desse estudante na realização da tarefa. Também recebe um troféu de reconhecimento a escola que mais produz atividades diferentes com os alunos sobre o tema abordado e o livro sugerido para embasar as produções textuais concorrentes.

A coleta de dados dessa pesquisa foi realizada em uma escola estadual do município de Bacabal, em três turmas diferentes de 1º série do ensino médio, 1º ano A, B e C, nas quais nós ocupamos o cargo de professora de Produção Textual, portanto, participamos ativamente

do processo de elaboração e escrita final dos textos dissertativo-argumentativos desses estudantes.

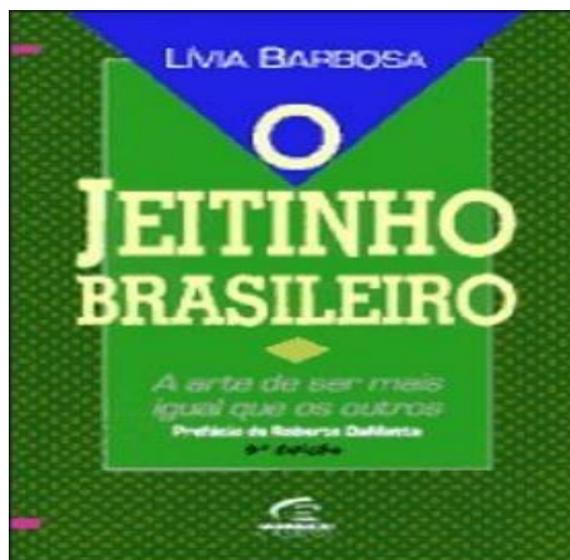
Todo o processo de construção dos textos desses alunos ocorreu dividido em algumas etapas de elaboração com tempo previsto de dois meses para a conclusão do projeto. Cada etapa de construção precisava ser detalhada e registrada por meio de fotos ou vídeos para ao final compor um relatório a ser enviado juntamente com os textos escolhidos a Unidade Regional para a comprovação da realização do projeto e para participação na competição de escola que mais trabalhou atividades distintas durante a concretização do projeto.

Vamos agora observar detalhadamente cada etapa realizada na escola para a elaboração dos textos dissertativo-argumentativo dos alunos do 1º ano:

Etapa 1:

Apresentação das regras e distribuição de cópias do livro *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*, de Livia Barbosa.

FIGURA 2 – Capa do livro Jeitinho Brasileiro, de Livia Barbosa.



Fonte: Google imagens

Assim que o projeto é apresentado às escolas participantes pela Unidade Regional e pelo Ministério Público também é entregue aos professores de Produção Textual um folheto com as regras para a produção dos textos, o tempo de realização do projeto e a premiação correspondente a cada lugar no pódio. Na ocasião, é entregue também o livro que será trabalhado para fundamentar as produções textuais dos alunos, que, na edição em que os

alunos produziram os textos que se tornaram o corpus desta pesquisa foi o livro *O jeito brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros* da escritora Livia Barbosa.

Mesmo com o livro sendo disponibilizado em pdf, a escola se responsabilizou em fazer cópias suficientes do livro para serem distribuídas aos alunos para facilitar a leitura. Na primeira aula de Produção Textual, após a apresentação do projeto na escola foi distribuída aos alunos as cópias do livro escolhido e explicado aos estudantes as regras para a realização do projeto. Foi esclarecido que as produções realizadas por eles não só concorreriam a prêmios como também seriam utilizadas para atribuição de notas na disciplina em questão.

Após a apresentação do projeto, do livro e explicação das regras, foi sugerido aos alunos uma primeira leitura apenas do título do livro para que comentassem o que pensavam a respeito do assunto abordado na publicação, momento que causou muita empolgação aos alunos, pois a maioria achou muito interessante e se mostrou bastante curiosa em conhecer o conteúdo do livro. Todos receberam uma versão online do livro, em formato pdf, para em casa já realizarem o primeiro contato com a produção de Livia Barbosa.

Levando em consideração apenas o título do livro de Livia Barbosa, os alunos apresentaram suas ideias a respeito do que achavam que o livro abordaria, qual a relevância para eles do assunto em questão e se tal assunto tinha ocorrência comum no contexto onde estão inseridos, não só o contexto escolar, mas todo o contexto em que fazem parte.

Etapa 2:

Leitura e comentário em sala a respeito do livro *O Jeitinho Brasileiro*, de Livia Barbosa.

Depois do primeiro contato com o livro *O Jeitinho Brasileiro*, na aula seguinte, a turma foi dividida em dez grupos, correspondentes exatamente aos dez capítulos que Barbosa divide seu texto, possibilitando que a obra fosse vista de forma detalhada e ao mesmo tempo completa. Cada grupo ficou responsável para ler, resumir e comentar um dos capítulos do livro para os demais colegas de turma, levantando questões e incentivando reflexões.

Os capítulos do livro têm por título: O jeito escrito: visões intelectuais; Navegando em águas brasileiras: o mapa social do jeito; O jeito falado; O jeito e o “você sabe com quem está falando?”: uma comparação entre dois dramas sociais; Hierarquia e individualismo: os desencontros da modernidade; Individualismo e hierarquia no universo social brasileiro; Igualdade moral e individualismo seletivo: o estilo brasileiro de ser moderno; Jeitinho e identidade nacional; Brasil, o país do jeito; Pequena história do jeito.

Disponibilizado um certo tempo para a leitura do capítulo por cada grupo, foi escolhido pelo próprio grupo um aluno representante que resumisse e comentasse a visão e entendimento da equipe sobre o capítulo estudado, pontuando as questões levantadas pela autora e contextualizando as abordagens apresentadas. Assim, toda a turma conheceria o conteúdo do livro e a visão dos colegas a respeito de cada tema abordado em cada capítulo.

Após todas as equipes apresentarem seus comentários a respeito do capítulo de sua responsabilidade, conhecerem e comentarem a história do termo “jeitinho brasileiro” e, como esse termo tem sido usado, toda a sala foi convidada a comentar sobre o livro de forma geral, expondo dúvidas, fazendo exemplificações de situações do dia a dia que se encaixassem no assunto e, principalmente listarem situações vivenciadas por eles que pudessem ser declaradas como “jeitinho brasileiro” de resolver as coisas.

Etapa 3:

Pesquisa a respeito de exemplos do termo “jeitinho brasileiro”.

Em seguida ao conhecimento da história do termo “jeitinho brasileiro”, a turma foi dividida em duas equipes e direcionada em horários diferentes para a sala de informática da escola com o objetivo de realizar uma pesquisa via internet de situações e casos considerados famosos que pudessem ser vistos como exemplos de jeitinho brasileiro. Cada aluno realizou sua pesquisa e destacou a matéria que mais lhe chamou a atenção.

Realizada a pesquisa por cada equipe, toda a turma retornou à sala de aula com sua pesquisa correspondente para exposição e comentários a respeito do motivo da escolha, do assunto abordado e de como o jeitinho brasileiro é apresentado na reportagem escolhida para um maior esclarecimento sobre essa questão.

Etapa 4:

O jeitinho brasileiro no dia a dia

Para esse momento, foi convidado um policial e monitor da escola para apresentar, com base em suas experiências profissionais, uma palestra a respeito do conhecido jeitinho brasileiro no dia a dia, especificamente no que corresponde às leis de trânsito. Durante a palestra, foi demonstrado através de exemplos práticos como muitos cidadãos procuravam resolver sua situação por meio de um “jeitinho”.

O objetivo era esclarecer o máximo possível o significado do termo “jeitinho brasileiro” e suas consequências na vida das pessoas. Na palestra, foi listado uma lista de

atitudes consideradas comuns pelos motoristas e motoqueiros na tentativa de burlar a lei e resolver a situação de delito que se encontravam envolvidos.

Muitos dos alunos viram representados em alguma das situações destacadas conhecidos, parentes e amigos, demonstrando que o jeitinho pode estar mais presente no cotidiano das pessoas mais do que pensamos ou gostaríamos que estivesse.

Etapa 5: Debate

Foi realizado com a turma um debate a respeito do significado do termo “jeitinho brasileiro”, onde a turma foi dividida em duas partes: uma parte da sala defenderia o jeitinho como sinônimo de engenhosidade, criatividade e improviso, considerado típico do povo brasileiro, enquanto a outra parte defenderia a ideia do jeitinho como sinônimo de esperteza, engano e corrupção.

Essa atividade proporcionaria aos alunos uma maior possibilidade de compreensão do que vem a ser o jeitinho, com base também na abordagem apresentada pela autora Livia Barbosa, podendo explorar os dois âmbitos significativos do termo em questão conhecidos e compreendidos pelos brasileiros.

Etapa 6: Produção dos textos dissertativo-argumentativos.

Depois de concretizado todo o processo de realização do projeto com as etapas de leitura do livro *Jeitinho brasileiro* de Livia Barbosa, pesquisas, comentários, palestras e debates a respeito do assunto, chegou o momento em que os alunos produziram seus textos sobre o tema. De acordo com as regras estabelecidas pela organização do projeto, nenhum dos estudantes poderia produzir seu texto em casa ou se utilizar de qualquer forma de pesquisa ou apoio durante a escrita do texto.

Cada texto deveria ser produzido em sala de aula com base na leitura do livro recomendado e em todas as atividades realizadas para auxiliar na compreensão do tema. Foram destinadas para essa produção duas aulas de Produção Textual, já que todas as etapas das atividades foram realizadas durante essas aulas, nas quais os alunos deveriam escrever um texto dissertativo-argumentativo de, no máximo, trinta linhas, obrigatoriamente com o título, usando-se de argumentos relevantes a respeito de como via o significado do termo “jeitinho brasileiro”.

Etapa 7: Seleção dos textos

Os textos produzidos pelos alunos foram recebidos e avaliados inicialmente pelos professores de Produção Textual responsáveis por cada sala/série, que têm como finalidade

selecionar os textos mais condizentes com a tipologia textual exigida e que esteja adequado a todas as regras do projeto. Esses textos pré-selecionados são encaminhados a uma comissão local formada por coordenador e professor de Língua Portuguesa pertencentes ao quadro docente da própria escola, que, por sua vez, seleciona um texto referente a casa série participante do projeto.

Após essa seleção prévia, os textos são direcionados a uma outra comissão julgadora formada por técnicos da educação pertencentes ao quadro da Unidade Regional de Educação de Bacabal, os quais são responsáveis pela seleção final dos três textos campeões que ocuparão o pódio e receberão as premiações finais oferecidas pelo ministério público.

A escolha pelo tipo dissertativo-argumentativo se deu devido à natureza do projeto, que exigia tal tipo por apresentar, em sua estrutura, elementos propícios a argumentação, como a defesa de um ponto de vista. O texto dissertativo-argumentativo é uma tipologia bastante comum nos vestibulares, principalmente no exame seletivo mais conhecido e com maior quantitativo de participação, o ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio, pois trata-se de uma produção na qual o autor defende um ponto de vista por meio de argumentos. Pode-se dizer que, devido a essa questão, o ensino da argumentação na escola tem se satisfazer destinado para resolver principalmente esse momento, para “preparar” o aluno para esse momento específico de sua formação.

O propósito do projeto era incentivar os alunos a produzir textos argumentativos com base no livro de Livia Barbosa, *O jeitinho Brasileiro*, abordando o chamado jeitinho brasileiro, a corrupção e suas consequências para o país. Nas aulas correspondentes à Produção Textual, foi feita a leitura do livro acompanhada de comentários dos alunos por seções do texto; um debate também foi proporcionado para uma maior compreensão dos assuntos levantados no livro; na oportunidade, os alunos destacavam os pontos que mais chamaram a atenção e traziam para discussão procurando sempre exemplificar os questionamentos com exemplos do cotidiano da família, vizinhança ou acompanhado pela mídia protagonizado ou não por pessoas conhecidas.

Na escola, é frutífera a ideia de que os alunos do ensino fundamental apresentam uma suposta ausência de argumentação nas produções, seja considerada por falta de competência ou habilidade. A partir dessa problemática, surgiu o interesse de pesquisar sobre a temática, o que é argumentação e como se constitui, quais as estratégias argumentativas e como é possível utilizá-las para que direcionem os argumentos para conclusões e convencimento. Após a pesquisa de teorias e estudos acerca do tema em questão, seria possível fazer um

tratamento dos textos analisados quais os elementos de argumentação eram mais recorrentes no texto.

O objetivo do trabalho a partir da análise dos textos dissertativo-argumentativos foi identificar de que forma era construída a argumentação e descrever quais estratégias foram usadas pelos alunos na construção dos argumentos fundamentais para a defesa de suas teses, buscando observar nos usos das estratégias e os efeitos causados no sentido do texto.

A pesquisa é um estudo de caso, segundo Martins, (2006) é uma investigação de fenômenos contemporâneos dentro do contexto real, coletando dados e evidências para construção de teorias que o explique ou encaminhamento de conclusões em que ocorrem, sobre o ensino da argumentação na escola, na rede pública de ensino, com um *corpus* composto de textos dissertativo-argumentativos produzidos por alunos do primeiro ano do ensino médio, tendo como objeto de estudo os operadores e as estratégias argumentativas que constituem a argumentação.

A escola onde a pesquisa foi realizada pertence à rede estadual de ensino e possui algumas das características gerais de uma escola pública. Apesar de pertencer à zona urbana do município e ser relativamente bem localizada, boa parte do público que atende é originalmente da rede municipal, com dificuldades financeiras e de aprendizagem.

É também uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, pois apresenta duas etapas de análise: a primeira mostra quantitativamente, através de gráfico, a quantidade mais recorrente de elementos de organização textual, possibilitando a percepção do nível de capacidade argumentativa e conhecimento linguístico que os alunos demonstram possuir. A segunda apresenta uma análise qualitativa, mais profunda dos textos, explicando as estratégias utilizadas e elaborando hipóteses.

Analisar os textos qualitativamente e quantitativamente possibilita refletir sobre os dois aspectos da argumentação, na língua e no discurso. Para que fosse possível ter uma visão total do emprego dos operadores argumentativos e um levantamento estatístico claro tanto das recorrências quanto do nível de conhecimento linguístico dos alunos, os 73 textos que compõem o *corpus* da pesquisa foram analisados. Dentre estes, 5 textos foram escolhidos aleatoriamente para a análise qualitativa, um número bem menor, pois este tipo de análise demanda mais detalhamento, observação e reflexão, que podem indicar que na língua portuguesa a argumentação pode trilhar vários caminhos e conter diferentes aspectos apenas destacando o tipo de análise a ser realizada.

Os textos dos alunos, analisados qualitativamente, refletem a metodologia de ensino utilizada e aponta a maneira como essa temática tem sido abordada no ensino médio. É

possível perceber um certo padrão na escrita, na escolha dos operadores e das estratégias argumentativas oportunizando analisar o efeito causado no sentido do texto e a motivação de determinada escolha, possibilitando ainda a realização de um levantamento estatístico sobre os operadores presentes nas produções desses alunos, mapeando e quantificando os operadores comumente utilizados objetivando entender a pretensão alcançada por meio da seleção de tais operadores.

6 A ARGUMENTAÇÃO NA ESCRITA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM BACABAL: ANÁLISES

Neste capítulo, traremos duas etapas da análise dos textos dos alunos, uma quantitativa, apresentando estatisticamente por meio de um gráfico a recorrência dos operadores argumentativos e a função exercida por eles através de trechos retirados dos textos. A outra é uma análise qualitativa, na qual trechos dos textos são apresentados para identificação das estratégias e levantamento de hipóteses sobre a motivação do uso de tais estratégias.

A análise dos dados foi realizada em duas etapas: inicialmente, foi feito um mapeamento, levantamento estatístico que quantificasse o percentual dos operadores argumentativos de uso mais comum nas produções dos alunos do 1º ano do ensino médio, exemplificando esses usos com trechos dos seus próprios textos. O segundo passo foi selecionar de maneira aleatória cinco textos dentre os 73 que compõe o *corpus* da pesquisa para uma análise mais minuciosa, detalhada, identificando e analisando as estratégias argumentativas utilizadas pelos estudantes na construção da argumentação.

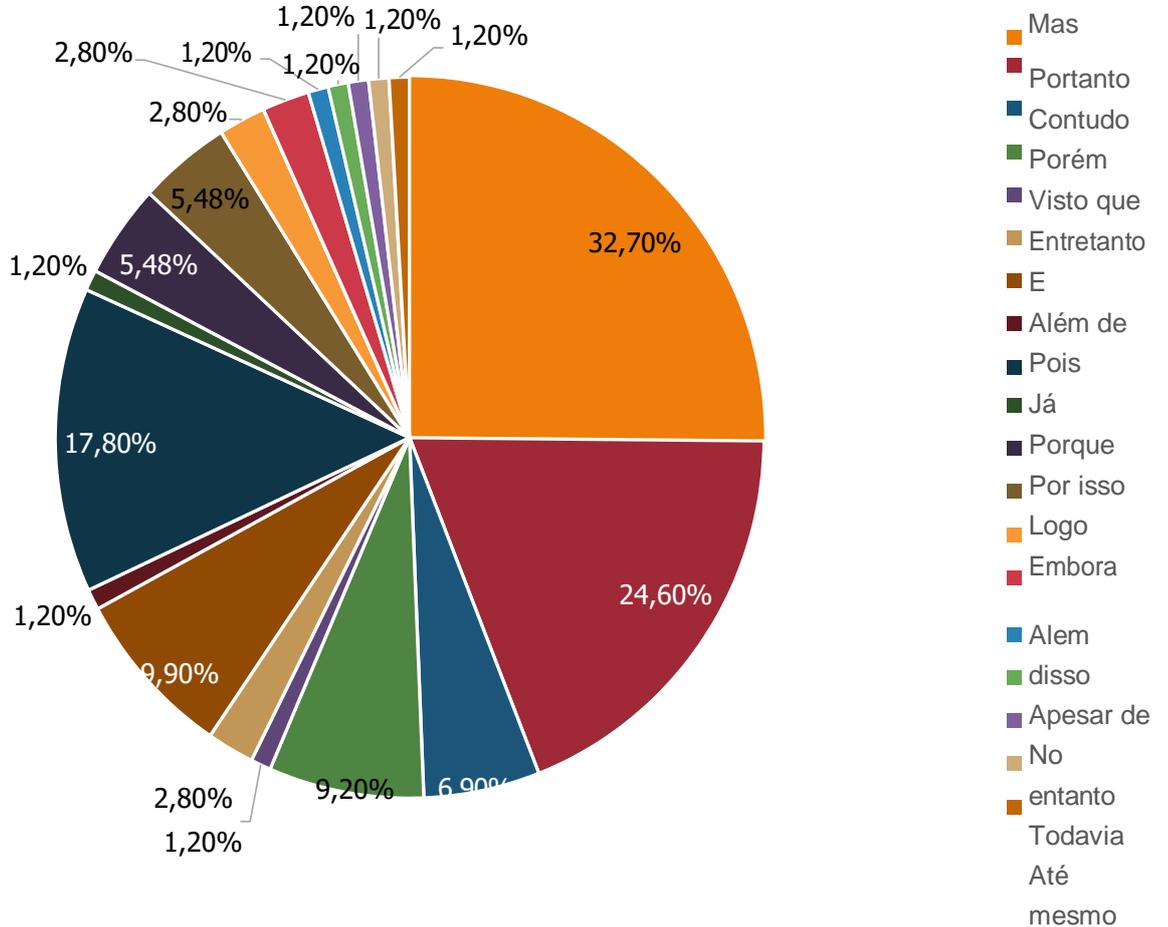
Os textos selecionados serão analisados com base nos estudos realizados sobre a argumentação, estratégias e marcadores argumentativos. Foram destacados trechos nos quais evidenciam os operadores e estratégias selecionadas pelos sujeitos na construção da argumentação textual. Para que os trechos dos textos fossem apresentados aqui de maneira fiel à produção dos autores e para facilitar na compreensão das análises, cada texto foi apresentado por um número e seu título original, foram divididos e organizados em linhas numeradas, também foi mantida a ortografia original dos alunos para evitar qualquer alteração aos textos originais, com exceção apenas do destaque dado aos operadores presentes nos trechos apresentados.

6.1 Análise Quantitativa dos Operadores Argumentativos mais Recorrentes nos Textos dos Alunos do 1º ano

Nota-se agora a análise estatística dos elementos linguísticos mais recorrentes nos textos dissertativo-argumentativos para a constatação percentual do uso dos operadores argumentativos mais comuns nas produções trazendo trechos dos próprios textos para exemplificação.

FIGURA 3 – Operadores argumentativos mais presentes nas produções.

Foram analisados um total de 73 textos com o objetivo de quantificar estatisticamente os operadores argumentativos mais presentes nessas produções.



Observa-se aqui a análise da incidência dos diferentes operadores argumentativos presentes nos textos dos alunos. Fizemos a escolha de analisar apenas os mais recorrentes, como os operadores. Ao longo da apresentação dos tipos de operadores e das estratégias de argumentações, comentaremos os resultados deste gráfico.

Exemplo 1:

O operador argumentativo **Mas**, que contrapõe argumentos e direciona para conclusões contrárias, aparece em 32,7% dos textos produzidos pelos alunos, tornando-se o elemento de encadeamento textual de uso mais comum nas produções analisadas. Seu uso é constante não apenas uma vez ou em um parágrafo, mas em outras vezes e isso ocorre no decorrer dos 32% dos textos. Esse total pode nos levar a conclusão de que esse é um termo de uso comum, não apenas da escrita, como também da fala cotidiana desses estudantes.

Koch (2011) embasada nos estudos de Ducrot diz que o **mas** é um operador argumentativo por excelência, pois possui valores distintos dependendo do emprego, orientando para sentidos outros além do citado. Distinguem o **mas** de sentido de refutação e retificação do **mas** de justificação de recusa e o **mas** argumentativo em sentido estrito.

1	É comum o brasileiro usar de maneiras criativas
2	para o seu próprio benefício ou benefício de outras
3	pessoas que sejam próximas como é o caso de parentes,
4	ou seja dar um jeitinho, mas quando prejudica outra pessoa
5	já começa a parecer o lado ruim do jeitinho...

Nesse trecho, vemos que o operador usado na sentença não só direciona para uma conclusão contrária, ele refuta a ideia apresentada anteriormente de que o jeitinho é sinônimo de “maneiras criativas” usadas pelos brasileiros em benefício próprio ou de outro. Essa conceituação é refutada na última sentença, pois se esse jeitinho prejudica outros já não pode mais ser considerado algo bom, uma simples maneira criativa de viver.

Exemplo 2:

1	Portanto , podemos afirmar em geral que o
2	jeitinho é uma forma especial de resolver
3	algum problema, situação quase impossível ou proibida. (...)

O segundo operador de uso mais frequente é o **portanto**, que aparece em 24,6% dos textos produzidos. Como é um elemento introdutório para uma conclusão de argumentos apresentados anteriormente no texto, quase 25% dos textos tiveram seu último parágrafo iniciado por esse operador.

Podemos perceber nesse trecho que o operador em destaque não só introduz uma conclusão, ele atua no nível de organização global do texto, deixando clara a articulação geral do texto, sinalizando para o leitor que o texto está se aproximando da etapa final, articulando esse trecho final com os demais constituintes do todo.

Exemplo 3:

1	Contudo , o jeitinho não pode ser encarado como
2	totalmente negativo. A habilidade de lidar com

3	situações cotidianas difíceis constituem em si uma
4	Estratégia para sobrevivência social (...)

O termo **contudo** é visto em uso em apenas 6,9% dos textos dos estudantes. De acordo com a gramática normativa, é um elemento que contrapõe argumentos e direciona para conclusões contrárias, assim como o operador **mas**, sua pouca presença nas produções analisadas e na construção da argumentação nos revela que esse não é um termo tão comum na escrita dos alunos, revelando, portanto, pouca familiaridade com essa forma, sobretudo porque existe o **mas**, que já cumpre a mesma função de **contudo**. Isso mostra ainda uma certa limitação vocabular desses alunos, motivada ainda pelo muito recente início de prática de escrita e de ensino de produção de textos dissertativos argumentativos.

Ainda sobre a pouca recorrência de alguns vocábulos na escrita desses alunos, assim como é o caso **contudo**, no exemplo 4, vemos que o operador é usado para contrapor argumentos, mas contradizer ideias, pois não constatamos a presença de um argumento coerente, não encaixa no sentido, como se fosse “lançado” no texto como recurso vocabular e não coesivo.

Exemplo 4:

1	Logo , sabe-se que a persistência do jeitinho na sociedade
2	possui um lado ruim que precisa ser combatido. (...)

Apesar de o operador **logo** apresentar o mesmo sentido introdutório de uma conclusão que o operador **portanto**, sua presença nos textos é de apenas 2,8%, uma grande diferença quando se compara com os percentuais de mais de 24% de uso deste. Vemos que o percentual do elemento **logo** se equipara aos percentuais dos operadores **entretanto** e **embora**, ambos também com 2,8% de uso nas produções, mesmo não apresentando o mesmo sentido de uso, já que estes assim como o **mas** possuem ideia de contraposição de argumentos.

É válido acrescentar que o operador **logo** é comum na articulação de parágrafos e até de capítulos, posicionando-se no nível intermediário de articulação, como podemos deduzir no trecho em questão que claramente é articulado e ligado ao parágrafo anterior, buscando assim a manutenção de sentido.

1	A corrupção existe por todos os lados
2	desde do ingnorante catador de lixo
3	até o presidente da república. Entretanto os brasileiros
4	só aceitam que os políticos são corruptos, (...)

Nesse trecho, apesar do operador **entretanto** está no mesmo sentido de contrapor argumentos de **contudo**, apresentado no trecho anteriormente, no exemplo 5, ele realmente evidencia uma contraposição de fato.

Exemplo 5:

1	Atos de desigualdade social, objetos quebrados,
2	ou atrasos no serviço público, levam o brasileiro
3	a solucionar e consertar essas situações de
4	maneira improvisada, com meios pouco
5	convencionais, facilitando no resolver das dificuldades.
6	No entanto , é notório que a utilização do jeitinho
7	não é percebida de maneira positiva, (...)

Os operadores **apesar de**, **no entanto**, **todavia**, apresentam a mesma ideia de contraposição de argumentos do operador **mas** e, mesmo assim são usados em apenas 1,2% dos textos analisados, constatando no baixo percentual que para esses estudantes que produzirem os textos analisados seu uso é bem incomum. No exemplo seguinte, o uso desse operador orienta para a conclusão contrária de que apesar do imprevisto que muitas vezes tira muitos de situações difíceis, não é visto positivamente, contrariando a lógica das evidências.

Exemplo 6

1	Apesar de ser bom em muitos aspectos,
2	também temos um lado ruim para o jeito,
3	o que nos vem à mente é a imagem de muitos políticos
4	corruptos, infraestrutura, desvio de verba pública, etc.

Nessa situação, o uso do **apesar de** que pertence a mesma classificação do **no entanto**, não atende **de fato** a seu propósito. O trecho aparece meio confuso pela falta de conectivo na ligação das orações da linha 3 e 4, deixando uma lacuna que poderia ser preenchida com um operador de nível microestrutural completando o sentido da sentença.

Exemplo 7:

1	Por isso , é necessário que o Poder Executivo,
2	por meio do ministério da justiça e segurança
3	pública, fiscalize com maior frequência as ações dos políticos
4	dos poderes legislativo e judiciário, com o objetivo de combater
5	manobras políticas e distorção das leis para diminuir a corrupção no país.

Já o operador **por isso**, apesar de apresentar o mesmo sentido que o operador **portanto**, que é iniciar uma conclusão, aparece em apenas 5,8% dos textos, muito diferente do percentual de quase 25% de presença deste. O **por isso** equipara-se em percentual de uso com **porque**, elemento que é usado para introduz uma justificativa ou explicação referente ao que foi apresentado anteriormente.

É um elemento explicativo-conclusivo de nível organizacional global. Não sendo usado apenas para introduzir um parágrafo explicativo, mas para o encadeamento geral do sentido do texto.

1	Encontra-se associado à corrupção, à
2	lábria e a desonestidade. Para muitos brasileiros
3	é o único lado que existe e deve desaparecer,
4	porque causa danos a sociedade.

O operador **porque**, de acordo com a definição de Koch (2018), quanto ao seu tipo, é responsável por introduzir uma justificativa ou explicação relativamente ao enunciado anterior. Segundo o autor do texto, o jeitinho que causador de danos à sociedade deve desaparecer, justamente por suas consequências causadas. É válido também destacar o nível de organização textual a qual pertence, ligando orações sou períodos, classifica-se como intermediário. Vemos, portanto, que cada operador possui além de sua tipologia, digamos assim, um nível organizacional que contribui efetivamente para o sentido do texto. Não são e nem deveriam ser vistos como conectivos limitados a simples ligação coesiva dos termos.

Exemplo 8:

Em 9,2% dos textos dissertativo-argumentativos produzidos pelos alunos do 1º ano do ensino médio, é possível constatar o uso do operador **porém**, que assim como o operador **mas**

contrapõe argumentos e direciona para conclusões contrárias. Esse elemento está entre os cinco operadores de uso mais comum presentes nos textos, mostrando que é um termo que faz parte do contexto linguístico desses estudantes.

1	No que se refere ao jeitinho brasileiro
2	pode-se afirmar que a maneira em que
3	as pessoas brasileiras tem em improvisar
4	soluções inesperadas e/ou problemáticas
5	são bastante criativas. Porém , essa criatividade
6	às vezes tende a ir para o lado negativo,
7	surgindo assim, a corrupção e a malandragem.

Exemplo 8:

Os operadores **e** e **além de**, apresentam um mesmo sentido, ambos somam argumentos a favor de uma mesma conclusão, mesmo assim a constatação do percentual de uso de cada um deles nas produções analisadas é bem diferente. Enquanto o **e** aparece em 9,9 % dos textos, o **além de** soma somente 1,2%. Apesar de terem a disposição uma gama de operadores que expressam o mesmo sentido, é evidente que esses alunos mostraram uma certa preferência por um ou outro termo em detrimento de outros, nos possibilitando refletir sobre quais motivos os levaram a estas determinadas escolhas.

1	Sobre o jeitinho um dos pontos a serem principalmente
2	ênfaticamente são os sérios problemas de conduta,
3	que estão na parte negativa das malandragens e
4	de como muitas pessoas encaram a vida de modo mais
5	nocivo e contribuem para pequenas corrupções no
6	dia a dia e até maiores como as do governo sendo injusto e
7	desigual. E a falta de punições para transgressões, como
8	comprar produtos falsificados e furar filas (...)

É válido ressaltar que o operador **e** possui como conjunção um valor aditivo, como pode ser constatado no trecho em questão. Vários comportamentos são adicionados a ênfase do significado de jeitinho, inclusive uma consequência para a justificação da continuidade dos tais comportamentos listados. Vemos também sua atuação no nível intermediário no que corresponde ao campo da organização textual.

Exemplo 9:

Assim como o operador **porque** e o operador **pois**, o **visto que** também possui o mesmo sentido de explicação ou justificativa de algum enunciado apresentado anteriormente, entretanto, só aparece em 1,2% dos textos.

1	(...) o jeitinho foi criado para facilitar
2	algo, ele pode ter dois lados de ser
3	visto que , são o lado positivo e negativo.

O operador **pois**, presente em 17,8% dos textos, juntamente com os operadores **mas** e **portanto** são os elementos de encadeamento textual mais frequentes nas produções textuais analisadas, contrastando em percentuais com muitos outros elementos apresentados nessa pesquisa, o que poderia proporcionar uma possibilidade maior de diversificação na escrita e, conseqüentemente uma diversificação mais ampla na contribuição para a construção da argumentação.

1	A gambiarra se torna um tipo de jeitinho,
2	pois leva os brasileiros a improvisar
3	em situações problemáticas, então
4	jeitinho e gambiarra são a mesma coisa, (...)

Diante desses resultados percentuais podemos perceber que o uso frequente dos operadores argumentativos **mas**, **portanto** e **pois** nos textos dissertativo-argumentativos desses alunos deixa transparecer algo como uma certa convicção de certeza de “boa” escrita, menos propensa ao “erro”, seja de concordância ou de sentido. Como se o uso desses termos mais conhecidos possibilitasse uma chance maior de acerto, trazendo consigo uma maior e concreta segurança textual, já que provavelmente esses termos devem também fazer parte do seu contexto linguístico.

Observando ainda o eventual uso de alguns operadores como, **todavia**, **embora**, **no entanto**, correspondentes ao tão frequente **mas** e o operador **logo**, correspondente ao **portanto**, muito presente na introdução dos parágrafos conclusivos dos textos, vemos que poucos alunos correm o risco de “ousar”, deixando perceptível a ideia que o uso desses operadores menos comuns deixa o texto mais “erudito”, elitizado e, conseqüentemente apresenta seu autor como um sujeito detentor de um vocabulário mais rico e diversificado. No entanto, é possível constatar que mesmo aparentando um texto com vocabulário mais amplo e

o uso de operadores incomuns, os textos seguem um padrão de escrita, como se seguissem a uma orientação específica.

Como essa primeira parte da análise é uma classificação quantitativa, não nos profundamos tanto nas abordagens dos operadores argumentativos, nos limitando a apresentar os percentuais de frequência, o nível organizacional ao qual pertencem e alguns dos seus sentidos, além da função básica coesiva de ligarem orações ou termos da oração. Contudo, mesmo com uma análise mais percentual é possível perceber a ausência de conhecimento por parte dos alunos desses outros sentidos que os operadores argumentativos possuem. O que deixa aparentar em alguns momentos e em alguns trechos que tais elementos foram usados aleatoriamente no texto, sem atentar para a função exercida pelo operador, só para constar a presença de um conectivo no enunciado.

Não se poderia afirmar com precisão se o padrão de escrita seguido pelos alunos se deva a faixa etária, mesma série escolar e escola frequentada, metodologia de ensino ou até mesmo a uma troca de informação entre os estudantes sobre o tema. Mas, o fato é que o uso dos operadores mais comuns no encadeamento textual é muito parecido em todos os textos, as escolhas dos elementos e até o posicionamento durante o desenvolvimento da produção seguem uma mesma linha, como se seguissem um modelo específico para a construção dos argumentos. Tal constatação poderia de alguma forma limitar ou delimitar a espontaneidade, liberdade e a diversificação da escrita dos alunos.

6.2 Análise Qualitativa das Estratégias Argumentativas Usadas nos Textos Dissertativo-Argumentativo dos Alunos do 1º ano

A segunda etapa da análise consiste na seleção de sete textos dissertativo-argumentativos dos alunos do 1º ano do ensino médio da rede pública estadual dentre os 73 textos que compõem o *corpus* dessa pesquisa, totalizando 10% do *corpus*. Todos os textos foram lidos e analisados, porém a escolha de apenas 10% se deu devido a semelhança da construção argumentativa entre os textos e a utilização dos recursos. A seleção desses sete foi definida pelo posicionamento distinto desses autores sobre o tema abordado e a utilização de técnicas argumentativas diferentes da comumente utilizada, o argumento de autoridade, que está presente em praticamente todos os textos.. São apresentados trechos dos textos selecionados onde estão presentes as estratégias argumentativas e também os operadores argumentativos das produções. Nessa etapa da análise, foram identificadas e analisadas as estratégias argumentativas ou como denomina Perelman e Olbrechts-Tyteca, as técnicas

argumentativas usadas por esses alunos na construção de sua argumentação, levantando hipóteses a respeito da motivação dos alunos em escolher as estratégias argumentativas mais presentes em suas produções.

Texto 1: O jeitinho brasileiro

1	A expressão “jeitinho brasileiro”, diz respeito a uma
2	peculiaridade que o brasileiro possui de realizar suas
3	ações com mais facilidade, juntamente com criatividade.
4	Essa característica conhecida também como “filosofia de
5	vida”, utilizada por todos, é fruto de condições históricas
6	e trás certos aspectos que podem ser positivos ou
7	negativos, como a superioridade existente entre as pessoas, (...)

Analisando esse texto, é possível observar nas linhas 2 e 3 que o autor conceitua o tão conhecido jeitinho brasileiro como uma peculiaridade do povo brasileiro, uma singularidade típica do brasileiro, deixando em evidência não necessariamente uma visão positiva do tema, mas uma possibilidade de comportamento talvez aceitável pelo contexto em que se insere, sobretudo quando o associa à criatividade. Esse trecho infere que, de acordo com o autor, uma das maiores características desse povo é lidar com as situações de forma criativa, leve, engenhosa, porém o que é mais curioso é o fato de afirmar essa característica como fruto de condições históricas, como podemos ver na linha 5.

Nesse momento, o autor usa o **argumento pragmático**, argumento esse que aprecia um acontecimento mediante suas consequências, sejam elas boas ou más, são levadas em consideração as consequências antes do acontecimento, para que esse acontecimento seja valorizado ou apreciado seu efeito precisa ser levado em conta. O uso desse tipo de argumento sugere que para o autor a constituição histórica do país formada por uma diversidade de povos europeus, africanos e americanos resultando em uma miscigenação de cultura que hoje constitui o Brasil foi positiva justamente por resultar dela esse traço de personalidade dos brasileiros.

No **argumento pragmático**, os efeitos, o resultado dos acontecimentos que definem a apreciação deste, a prática resultante do fato que é levada em consideração para efeito de relevância. Esse argumento fica em evidência ao longo do trecho destacado, onde é dada uma

considerável importância ao resultado gerado pelas condições históricas. Segundo o autor do texto, essa criatividade é uma consequência de fatores históricos e até esse momento podemos conceituar como algo bom, e, como afirma o autor na linha 5, é utilizada por todos, sem exceção, uma qualidade do caráter brasileiro. Contudo, quando observamos a afirmação da linha 7, já vemos uma mudança no direcionamento da ideia defendida, do aspecto positivo iniciado no texto 1, titulado O jeitinho brasileiro.

Na linha 7 do texto, o autor apresenta seu posicionamento de acreditar que existe uma superioridade entre as pessoas e que essa é resultado das condições históricas nas quais o país foi constituído, segundo essa concepção pode-se conceber que se refere a divisão de classes sociais típica do capitalismo dominante, onde a considerada classe A é tratada com superioridade em relação a classe B e esta, por conseguinte superior a C. A partir dessa afirmação, o ponto que pode ser levantado e abrir precedente para questionamentos é justamente se essas seriam as condições referidas aqui.

Considerando a história de colonização que constitui o país, pode-se conjecturar a referência ao contexto de assujeitamento que o povo foi submetido ao longo da construção histórica da nação, seja os indígenas, nativos do país já encontrados nas terras no momento da colonização, os escravos trazidos para esta terra ou mesmo a população mais carente existente, o fato é que o autor traz em suas linhas que um dos aspectos negativos associado ao jeitinho e fruto dessa condição histórica é segundo ele, a superioridade existente entre as pessoas, ou seja, a divisão de classes que proporciona a existência da ideia de haver uma pessoa superior a outra pelo simples fato de possuir uma maior condição financeira, um sobrenome conhecido ou algum cargo público.

Podemos também entender essa superioridade citada como a diferença das classes, típica do capitalismo presente no país, que gera, muitas vezes, nas pessoas, comportamentos análogos a ideia de superioridade, ou o contrário disso, ideia de inferioridade devido as poucas condições financeiras, diferença essa existente há séculos não só na história do Brasil, mas na maioria dos países. Na verdade, o autor não deixa muito claro seu posicionamento a respeito do jeitinho brasileiro, não apontando de fato se conceitua o jeitinho como um aspecto positivo ou negativo, oscilando entre um e outro.

O que se pode dizer é que ele afirma nas linhas 4 e 5 que o jeitinho se tornou uma “filosofia de vida”, confirmando o uso do argumento pragmático, no qual possibilita constatar que essa consequência, de acordo com ele, de condições históricas já faz parte da vida de todos, algo comum e rotineiro. Pensando assim o não uso desse jeitinho seria incomum e a

conclusão que se pode inferir a respeito do posicionamento do autor é que jeitinho não seria necessariamente sinônimo de corrupção, já que faz parte do comportamento cotidiano de todos.

8	O comportamento das autoridades, se tornou comum e
9	revoltante na sociedade, já que estes abusam de suas posições
10	sociais para se sobressair de situações corriqueiras do dia a dia. Utilizando
11	bastante a indagação “você sabe com quem está falando?”

Nesse outro trecho do texto 1, é possível constatar a mudança de posicionamento do autor de que o jeitinho era uma singularidade da personalidade do brasileiro de ser criativo por natureza e passa a ser apontado como um desvio de caráter de quem usa a posição que ocupa para abuso de poder e transgressão da lei, como podemos ver pelo uso do operador **já que**, elemento que pressupõe conteúdos, ou seja, o abuso de poder por parte das autoridades é algo já pressuposto de acontecer na sociedade da qual fazemos parte. Ao mesmo tempo que causa revolta a sociedade, também é algo comum e conformista. Esse operador introduz a explicação relativa ao enunciado anterior, o comportamento que se tornou comum e revoltante é o abuso de poder das autoridades.

Na linha 11, vemos a expressão típica de registro de abuso de poder reproduzida pelo autor do texto – “você sabe com quem está falando?” - nos reportando a partir dessa expressão ao trecho anteriormente destacado, onde é afirmado por ele a existência de diferença de classes e o efeito causado por elas. A reprodução dessa expressão mantém a linha de pensamento do autor no aspecto negativo do jeitinho brasileiro, diferente da tese que inicialmente aparece no texto.

O adjetivo usado antes para descrever o povo brasileiro – criatividade – é substituído pelo adjetivo corrupto, evidenciado no trecho em questão. Pode-se dizer que, de acordo como o autor, o motivo de orgulho, no decorrer do texto passa a ser motivo de vergonha, revolta e indignação possibilitando a dedução de que o autor ainda não possuía uma opinião definitivamente formada acerca do tema em questão que, naturalmente, gera discussões e contradições, pois é um tema originalmente controverso.

12	(...) Portanto para solucionar esses embates é necessário
13	Uma lei que cuide ativamente das diferenciações de classe (...)

Nesse trecho de finalização, vemos o uso do operador **portanto**, usado comumente no início de parágrafos conclusivos. É um operador de nível organizacional global que contribui para o encadeamento geral de sentido do texto. É muito comum na conclusão de textos dissertativos-argumentativos de alunos do ensino médio, causando a impressão de seu uso frequente ser devido a algum tipo sugestão, pois na maioria dos textos lidos e analisados a presença desse operador nas conclusões dos textos é marcante. O que dar a entender é que há uma frequência e constância no uso de determinados operadores em detrimento de outros. É o caso do **portanto** nas conclusões, como podemos ver no trecho destacado e do operador **mas** nas contradições, como veremos na análise a seguir.

Mesmo que o operador argumentativo **mas** não se limite apenas a contrapor argumentos, podendo ter valor de retificação ou justificação de uma recusa, em todos os textos a intenção aparente do autor era justamente essa, ainda que em alguns casos nem argumentos contrários era apresentados no enunciado em questão.

À medida que os textos eram lidos e analisados, ficava mais claro que os alunos seguiam um modelo de escrita padrão, de estrutura e escolha dos termos, tornando os textos bem parecidos no que se refere ao uso dos operadores, principalmente os que remetem à ideia de fechamento do texto e de apresentação de ideias contraditórias. Esse estilo, por assim dizer, de escrita e estruturação das produções argumentativas desses alunos pode ser, de certa forma, considerado um reflexo de como a argumentação tem sido encarado o estudo da argumentação no âmbito escolar, destacando a educação básica representada pelo ensino médio.

Não só podemos perceber a comumente reprodução de operadores, todavia a reprodução de estratégias argumentativas também pode ser observada nos textos que compõem o *corpus* da pesquisa, textos produzidos pelos alunos do primeiro ano do ensino médio da rede pública estadual.

Texto 2: Jeitinho brasileiro de Lívia Barbosa

1	Atualmente, o jeitinho brasileiro é considerado
2	uma forma de se sobressair com certa
3	miguelagem. Mas , vem sendo mais uma forma de
4	corrupção.

Analisando o texto e destacando a linha de número 3, vemos o uso do operador ou marcador argumentativo **mas**, que contrapõe argumentos orientados para conclusões contrárias: o autor, embora inicie o seu texto tratando sobre um ponto de certa forma positiva do tema, associando à esperteza, desinibição, talvez até a malandragem (o jeitinho brasileiro, se sobressair com certa miguelagem...), ele finaliza o parágrafo ressaltando o aspecto negativo dele (...mas, vem sendo uma forma de corrupção). O operador argumentativo **mas** é utilizado no sentido de contrapor essa visão positiva acerca da ideia central, mostrando que o tema em questão é controverso e possui esses dois lados, o que traz a polêmica ou a discussão.

É importante ressaltar que o termo *miguelagem*, selecionado pelo autor, é herdado de condições históricas, o conhecido migué, sinônimo de enganação e, apesar de apontar para uma visão negativa do tema, visto que miguelagem corresponderia, à malandragem, esperteza ou a comportamentos duvidosos, à margem das normas, nesse contexto, é usado pelo autor com uma representação positiva de ser desinibido, esperto, no bom sentido da palavra. Nessa interpretação, o uso do operador cumpriu sua função, porque mesmo que o termo *miguelagem*, que é central na primeira sentença apresente o modo como é feita alguma coisa com uma visão negativa, vemos que o uso desse operador reverbera essa ideia exatamente na segunda sentença.

Em outro trecho do mesmo texto, é possível observar mais uma vez o uso do operador **mas**. No trecho, é possível observar mais claramente uma contraposição de ideias, destacando ainda a dualidade polêmica do tema em tela.

Quanto ao posicionamento do autor a respeito do jeitinho brasileiro mostra uma certa visão de positividade que foi se deturpando com o passar do tempo, o jeitinho representado pela miguelagem, esperteza vem se tornado em atos de corrupção. De acordo com o autor, pode-se dizer que houve uma “mutação” no conceito primeiro.

1	(...) Segundo Renato da Fonseca, coordenador da pesquisa da CNI,
2	o jeitinho é uma confiança desconfiada, ou seja, as pessoas podem
3	defender uma sociedade sem corrupção, mas , em pequenas coisas,
4	as mesmas não têm essa ética.

O autor do texto volta a utilizar a mesma estrutura na linha 3 (as pessoas podem defender uma sociedade sem corrupção, **mas**, em pequenas coisas, as mesmas não têm essa ética), mostrando como essa estrutura argumentativa é frutífera ao longo do texto argumentativo. Com o uso desse operador na sentença, o autor tenta evidenciar a hipocrisia

das pessoas em defender uma sociedade sem corrupção quando no dia a dia, de acordo com a ideia defendida pelo estudante, a presença de atitudes corruptas é marcante.

Aqui, fica evidente a tentativa de contraposição de ideias para mostrar a discussão que esse tema instiga. O que podemos perceber é o uso indiscriminado do operador **mas** nas sentenças, onde muitas vezes o sentido pretendido é prejudicado. Acreditamos que a riqueza dessa estrutura de argumentação – contraposição de ideias – é o incentivo para esse uso, dando ao autor a sensação de possibilidade de construir todo o seu texto sob essa dualidade de certo e errado que cerca o tema e que é a fonte da polêmica, proporcionando também uma reflexão sobre como as pessoas e a sociedade têm entendido o significado do termo corrupção.

No mesmo trecho, é importante destacar a forma como o autor se utiliza do recurso argumentativo de **discurso de autoridade** ((...)Segundo Renato da Fonseca, coordenador da pesquisa da CNI, [linha 01]). Apesar da fala do coordenador não remeter a mesma ideia defendida pelo autor do texto, ele usa essa estratégia, mesmo que destoando, com a intenção de dar veracidade ao seu pensamento, na intenção de ter alguém reconhecido corroborando com sua fala. Quando o autor usa o operador **ou seja**, logo após a fala atribuída ao coordenador da pesquisa, fica evidente a intenção de fazer uma explicação, uma reafirmação do que foi dito anteriormente, principalmente, quando se observa o operador utilizado na introdução da citação ((...) **Segundo** Renato da Fonseca (...)).

É importante destacar que quando se fala em redigir textos dissertativo-argumentativos, é defendida a ideia pelos próprios professores de que os argumentos apresentados pelos alunos precisam de dados e citações de autores "importantes" e reconhecidos para validar a tese e mostrar o quanto o aluno é bem informado e essa pode ser uma das razões pelas quais tal recurso é recuperado nesse trecho do texto.

É curioso notar, na continuação do texto, como o aluno reúne informações percentuais em seu texto, provavelmente coletadas do material de apoio que foi disponibilizado para os alunos, trazendo, inclusive trechos de citações diretas, a forma mais clara e direta do uso de **estratégia de argumento de autoridade**. Como se observa, ao longo do texto, o autor se utiliza de diferentes recursos argumentativos como os **delimitadores de domínio** e informação, que sustentam o argumento pelo uso de estatísticas e dados específicos referentes a um campo determinado de conhecimento (científico, histórico, jurídico, geográfico), discurso de autoridade e citação direta.

Essa estratégia de argumento de autoridade é a técnica mais comum de argumentação, talvez por ser para os alunos a mais simples e fácil de usar na prática da escrita ou

simplesmente por ser mais difundida no ensino das técnicas de escrita de textos dissertativo-argumentativos, principalmente no gênero redação escolar, na construção da argumentação.

5	Segundo a Confederação Nacional de Indústrias (CNI),
6	82% das pessoas que participaram da pesquisa disseram
7	que o jeitinho brasileiro é utilizado para tirar vantagem.
8	Ao contrário do que muitos pensam o jeitinho envolve
9	também a criatividade tanto para coisas ruins como para coisas boas.
10	O jeitinho, como falado antes, é a forma de “ganhar uma pessoa na
11	conversa”. Para Rachel Meneguello , o alto nível de desconfiança,
12	mesmo entre pessoas próximas aponta para a fragilidade das
13	das relações sociais: “Estamos diante de situações em que o tecido
14	social está esgaçado”. A sociedade brasileira
15	torna-se então vítima de uma corrupção inevitável.

Aqui, o autor mostra que apesar do jeitinho também envolver criatividade a maioria das pessoas o veem como algo negativo, uma forma de trapaça, deixando claro, no decorrer do texto, que seu ponto de vista quanto ao tema central concorda com esse pensamento, destacando a deformação social e problemas éticos na conduta de quem atua na prática de “dar um jeitinho” em tudo. Isso fica mais evidente na linha 14 e 15, quando entende a sociedade brasileira como vítima de uma situação inevitável produzida por essa deformação social.

Vemos, então, que a tese defendida nesse texto é que o jeitinho é uma forma de corrupção velada, produto da falta de ética e do caráter deformado. Em termos de uma organização retórica, o autor defende a ideia de que é difícil classificar o jeitinho brasileiro, visto que ele pode ser tanto uma coisa boa quanto um coisa ruim e isso pode ser evidenciado quanto o autor coloca em perspectivas pontos positivos e negativos da mesma ideia, revelando uma organização lógico-retórica que se centra em colocar o leitor uma perspectiva duvidosa que não permite classificar o jeito do brasileiro. Nesse sentido, nessa esfera de discussão, o autor não se compromete e, sobretudo, revela uma falta de posicionamento quanto à questão colocada.

Na linha 11 novamente vemos a presença do argumento de autoridade, confirmando a alta frequência do uso dessa estratégia argumentativa nas produções dos alunos do 1º ano do ensino médio, nos influenciando a questionar e a hipotetizar a motivação dessa atitude. Como

sabemos, o ensino da argumentação na sala de aula não corresponde no mesmo nível aos estudos e perspectivas realizadas pelos estudiosos do tema. Tanto no âmbito escolar tradicional como nos cursinhos específicos para ensino de redação vemos uma semelhança na abordagem, preparando os alunos para vestibulares e exames externos por meio de moldes e padrões de escrita. O que nos faz pensar que esse motivo pode ser o responsável pela ocorrência frequente de uma estratégia em detrimento de outra, de certos operadores a outros.

Texto 3: O jeitinho e a corrupção

1	Estando presente no Brasil desde os primórdios
2	como colônia, o jeitinho brasileiro é destacado
3	conforme uma criatividade incomum, mas que vem
4	sendo, cada vez mais, uma forma de corrupção
5	onipresente (...)

Observando esse trecho do texto analisado, é possível constatar que, na visão do autor, o jeitinho brasileiro está presente no país desde sua colonização, como vemos essa afirmação nas linhas 1 e 2, mostrando que a constituição da nação foi fundamentada nesse aspecto, pois, de acordo com a opinião do autor, o Brasil colônia já apresentava traços marcantes do jeitinho. Na linha 3, fica clara a definição do jeitinho como “criatividade incomum”, unindo um substantivo de sentido positivo – criatividade - e um adjetivo de sentido específico e individualizador.

De acordo com o dicionário online de Português, criatividade corresponde a inventividade, inteligência e talento, seja no campo científico, artístico, esportivo, ou seja, uma conceituação positiva do termo que é completado pelo adjetivo incomum, considerando essa definição como um traço específico do povo brasileiro, já que não seriam atitudes comumente realizadas por todos. Ainda, na mesma linha 3, percebemos também a presença do operador **mas**, elemento de contraposição de ideias frequentemente usado nessas produções, deixando clara a contrariedade de ideia que se segue.

Nas linhas 4 e 5, a contraposição de ideias é apresentada de forma clara, o jeitinho antes definido pelo autor como criatividade passa a ser tratado como forma de corrupção (mas, vem sendo, cada vez mais, uma forma de corrupção onipresente). Da maneira que como é apresentada, é possível entender que tem sido um comportamento gradual, iniciado como algo menor, um traço inofensivo de criatividade dos colonos, evoluindo ao longo do tempo para algo maior, prejudicial como atos de corrupção e ainda pior, corrupção onipresente.

Partindo dessa conceituação, podemos associar essa onipresença corrupta ao adjetivo “**incomum**”, usado anteriormente na linha 3. Então, de acordo com o autor do texto a corrupção estaria em todos os lugares, independentemente de classe social porque faz parte do brasileiro, cresceu com ele, evoluiu junto. Um traço incomum que alcançou uma escala bem maior ao longo do tempo.

6	O samba de Bezerra da Silva: “Malandro é
7	Malandro e mané é mané” também é considerado um
8	exemplo de incentivo ao jeitinho corrupto (...)
9	(...) apenas o malandro se sobressai por conta de sua
10	desonestidade e miguagem.
11	Destarte, é válido o comentário de que o
12	jeitinho brasileiro não pode e nem vai acabar,
13	pois trata-se de uma identidade social.

Nesse outro trecho do texto 3, o autor apresenta nas linhas 1 e 2 o título do samba de um dos grandes sambistas brasileiros, Bezerra da Silva, com o argumento de que o jeitinho está tão presente e enraizado no país que até as músicas brasileiras compostas enaltecem de alguma forma esse comportamento. Nas linhas 9 e 10, mostra que só se sai bem quem for malandro, esperto e, não no sentido criativo do termo, o mané apresentado na música referida pelo autor seria passado para trás por não adotar o mesmo comportamento peculiar do outro personagem em questão, o malandro.

Quando o autor apresenta o comentário de que esse (jeitinho não vai acabar, pois trata-se de uma identidade social (linhas 12 e 13)), vemos o uso do operador argumentativo **pois**, um dos operadores responsáveis por introduzir uma conclusão em relação a argumentos apresentados anteriormente, associado **ao argumento de relação lógico-semântica**, estratégia argumentativa que possibilita a compreensão pela conexão causa-efeito. A causa de não poder acabar, segundo o autor, seria porque o jeitinho não é só um comportamento isolado, mas uma “identidade social”.

Identidade é um conjunto de características que distinguem e individualizam uma pessoa, traços que fazem ser o que ela é. Então, com base nesse conceito, e no posicionamento apresentado pelo autor, logicamente seria quase impossível extinguir esse jeitinho, a sociedade como um todo é constituída, identificada por esse aspecto. Essa é a

conclusão alcançada pelo autor do texto, enquanto houver um brasileiro, haverá o jeitinho brasileiro.

Texto 4: O jeitinho

1	O jeitinho do ponto de vista cultural trata-se de malandragem,
2	desonestidade, sendo este (jeitinho) bem visto por considerarem
3	a forma que a população não consiga se desenvolver em diversos
4	setores sociais, uma vez que o jeitinho é o modo de vida de grande
5	parte da população sem distinção de classe social.

Na linha 1 desse trecho do texto 4, vemos o autor conceituar o jeitinho como sendo sinônimo de malandragem, em um único ponto de vista, o cultural, isso nos dá precedente para inferir que existam outras perspectivas possíveis de compreensão além do campo cultural, como o social, por exemplo. O tema em questão por si só é controverso, podendo abranger tanto versões consideradas positivas como negativas. Isso fica evidente na linha 2 do texto ao autor se contradizer na definição inicial do termo, nos dando a entender que a malandragem seria um fator de positividade, porém, conceituando no mesmo enunciado o jeitinho como desonestidade.

Ao mesmo tempo, o autor apresenta essa abordagem negativa, volta a retomar na mesma linha 2 o sentido de engenhosidade criativa e inofensiva (sendo este (jeitinho) bem visto), considerado traço peculiar do brasileiro. A contradição presente nesse trecho se dá devido ao posicionamento confuso do autor em relação a sua visão, de fato, do que vem a ser esse jeitinho. Ora evidencia aspectos positivos bem vistos pela sociedade por ser o modo de vida da maior parte da população, improvisando, criando, tudo sem causar prejuízos a outros ou a si próprio, ora culpa o jeitinho pela falta de desenvolvimento da população, afirmação que encontramos na linha 3.

Na tentativa de apresentar duas perspectivas de conceituação do jeitinho, o que fica claro nesse trecho, de acordo com a declaração do autor, é a presença desse jeitinho em todas as classes sociais, sem distinção, como podemos confirmar na linha 5. Isso se deve ao fato de que a cultura é compreendida como os comportamentos, tradições e conhecimentos gerais de um grupo social, de um povo, portanto, sua presença é marcada nesse povo, seja ele de classe alta, média ou baixa.

6	A exploração do índio e do africano pelo português, do
---	--

7	coronel para com o seu “boia-fria”, das famílias ricas e dos
8	partidos. Estes são exemplos que mostram que a sociedade brasileira
9	tenha em vista que a desigualdade social é o fator para permanência
10	desse princípio.

Nesse outro trecho do mesmo texto, é possível identificar o uso do **argumento pragmático**, estratégia argumentativa que aprecia, valoriza um acontecimento por suas consequências, sejam elas positivas ou negativas, favoráveis ou desfavoráveis. O autor afirma que a constante sucessão de exploração vivida ao longo das décadas, pelo índio, africano, boia-fria e pobres (linhas 6 e 7) teve por consequência o surgimento e concretização da desigualdade social e, por conseguinte, esta seria a responsável para a permanência do conhecido jeitinho brasileiro.

O resultado, portanto, obtido com essa situação é a presença do jeitinho em todas as camadas sociais, já que, segundo o autor, veio se perpetuando ao longo da história e alcançando todos os níveis e segmentos da sociedade se enraizando no comportamento e na vivência da população brasileira como um todo. Essa apreciação e valorização do resultado final desses acontecimentos de exploração de uma classe por outra, citados no trecho acima, se caracterizam como um típico **argumento pragmático**. O autor expressa categoricamente que toda a situação contextual do jeitinho se deve a essas relações de vantagem.

Finalizando esse trecho podemos constatar que a visão defendida pelo autor é que a desigualdade social continuará, pois essas relações de exploração permanecem e, conseqüentemente o jeitinho também. Uma outra observação que pode ser feita da tese defendida nesse texto é a de que apesar das relações de domínio, de acordo com o autor, ter sido fator preponderante para a desigualdade e essa mesma desigualdade se perpetuar em um círculo vicioso de exploração e proveito, o jeitinho não acontece apenas nas classes sociais menos favorecidas, passou a fazer parte de todas elas, independente de necessidade de adaptação ou sobrevivência, mas como integrante da cultura, do aspecto comportamental de um povo.

Texto 5: O Jeitinho Brasileiro

1	O “jeitinho brasileiro” está presente na sociedade
2	há muito tempo. Tal fato é evidenciado no
3	Segundo Reinado com a criação da lei Eusébio de Queiroz,

4	que impedia o tráfico de escravos, mas não vetava a escravidão.
5	Essa brecha na lei, (...)originou o termo “para inglês ver”, que conecta
6	as raízes sociais brasileiras com a conveniência da desonestidade e
7	institucionaliza a trapaça. Como resultado, o país apresenta um dos
8	maiores índices de corrupção, patologia que contamina cada vez mais
9	a esfera pública.

Analisando esse texto, é perceptível nesse trecho que o autor apresenta uma linha de pensamento diferente de boa parte dos outros textos no que diz respeito a definição do significado do jeitinho brasileiro. Defendido em algumas outras produções como traço cultural e comportamental adquirido pelas relações vividas pelos antepassados ou por costumes que se perpetuaram, nessa produção avistamos um enfoque distinto, não mais abordando como cultura de um povo, mas sim como um desvio grave de conduta.

A semelhança com as demais teses analisadas se encontra na origem do jeitinho, como podemos ver na linha 1 e 2, onde o autor concorda que a presença do jeitinho em nosso contexto data de muito tempo, desde a constituição do país, exemplificando com a citação da lei Eusébio de Queiroz, criada ainda no período do segundo reinado (Tal fato é evidenciado no Segundo Reinado com a criação da lei Eusébio de Queiroz (linhas 2 e 3), evidenciando na linha seguinte, linha 4, que a lei era um exemplo claro de demagogia, conscientemente elaborada para existir na teoria, porém na prática era bem diferente.

Essa abordagem contraditória apresentada nesse trecho é constatada pelo uso do operador **mas**, (linha 4), um dos elementos que contrapõem argumentos e orientam para conclusões contrárias (impedia o tráfico, mas não vetava a escravidão [linha 4]), a limitação da lei recém criada era o que impedia de fato a extinção da escravidão no Brasil, argumentos contrários que contradizem o resultado.

Nesse trecho, a presença do **argumento de reciprocidade** é marcante, vê-se a aplicação do mesmo tratamento a duas situações correspondentes, baseado nas relações de antecedente e conseqüente de uma mesma relação, constatamos essa estratégia argumentativa principalmente, quando observamos o enunciado da linha 5 (Essa brecha na lei, (...) originou o termo “para inglês ver”), no qual nos lembra que a lei foi criada por pressão inglesa contra a escravidão no Brasil, ou seja, a lei foi apresentada, mas não acabava de fato com a escravidão, proporcionando manter ao mesmo tempo a prática escravista e as boas aparências convenientes aos aristocratas e a coroa.

Com base na explanação anterior, é possível esclarecer melhor o uso desse argumento de reciprocidade parafraseando o termo exemplificado pelo autor na linha 5, (“para inglês ver”) como: se não é vergonhoso elaborar uma lei premeditadamente com uma brecha que proporcione seu descumprimento, também não é vergonhoso usar essa mesma brecha para burlar a própria lei que a condiciona; situações que se identificam por sua relação de simetria, correspondência, ou melhor, reciprocidade. E, como afirma o autor do texto, seria totalmente lícito, pois tal atitude (institucionaliza a trapaça [linha 7]).

Um outro ponto interessante da tese desse texto e válido de ser comentado é sobre o termo usado pelo autor na linha 8 (um dos maiores índices de corrupção, patologia que contamina cada vez mais). Ao contrário do que foi visto em outros textos como conceito de jeitinho sendo traço cultural ou criatividade incomum, nessa produção, foi definido como algo mais grave, prejudicial e até mortal; como patologia, isto é, qualquer desvio em relação à normalidade, uma doença, não física ou anatômica, mas de consciência, que cada vez tem contaminado mais (linha 8).

Em contrapartida, pode-se dizer que existe uma boa expectativa quanto a mudança desse contexto, pois em se tratando de uma doença, como sugere o autor, tem-se a esperança que exista uma cura. Se o problema maior é de consciência, entende-se que a conscientização de todas as esferas amenizaria a situação enfrentada e poderia conter, de certa forma, a proliferação de tal enfermidade.

10	O prolongamento desse comportamento (...) cria um estereótipo
11	depreciativo para o Brasil (...) por parte da população que percebe a
12	corrupção, mas não o peso de seus próprios atos. (...)

Continuando a análise, nesse outro trecho do texto 5, percebe-se que o autor mostra na linha 10 e 11 (o prolongamento desse comportamento cria um estereótipo depreciativo para o Brasil) que o sintoma sentido pelo país, causado por essa “enfermidade” é um prejuízo bem maior do que se imagina, pois, a visão negativa não se restringe apenas ao contexto interno, mas alcança também o externo. Com uma visão negativa como sintoma a consequência pode ser o descrédito total na nação.

O autor volta a utilizar nesse trecho a estrutura de argumentos contrapostos conectados pelo operador argumentativo **mas** (linha 12), elemento comumente usado nas produções analisadas quando se trata de contraposição. A ideias contrárias apresentadas nesse trecho consiste no fato da população perceber a corrupção, ter consciência que ela existe em seu

meio, porém não atentam sua própria contribuição para concretização de tal contexto ((...) por parte da população que percebe a corrupção, mas não o peso de seus próprios atos [linhas 11 e 12]).

O que se pode inferir a respeito dessa afirmação do autor é que a população enxerga a corrupção, todavia, apenas nas esferas mais altas, do governo, por meio de atitudes como desvios de verbas, não aplicação devida dos recursos arrecadados, criação de leis e emendas para benefício próprio, mas esquecem que as pequenas ações ilícitas do dia a dia ou que simplesmente ferem a moralidade são os degraus que constituem essa escada até o topo, logo, o prefeito, governador, presidente e demais parlamentares um dia foram cidadãos comuns que levaram para o cargo a “doença” ou a “saúde” do caráter.

Texto 6: O jeitinho e suas possibilidades

1	O livro jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros é
2	um estudo de antropologia que analisa o comportamento do
3	brasileiro quando influenciado por problemas. Sendo o jeitinho
4	uma maneira de resolvê-los, são “estratégias de como lidar com o fluxo
5	da vida cotidiana”. Com isso percebemos que o jeitinho está diretamente
6	ligado a criatividade, como quando fazemos gambiarras e ao nosso
7	modo de falar para persuadir alguém a fazer o que queremos.

Nesse outro texto vemos que o autor se posiciona associando o jeitinho à criatividade do brasileiro a lidar com os problemas e incidentes da vida, não admitindo tal jeitinho como atos de corrupção e sim como estratégias diárias para solucionar situações cotidianas. Apresenta como um comportamento típico, criativo que surge à medida que há necessidade e dependendo da situação enfrentada, um ângulo positivo, diferente do que foi visto em outras produções aqui também analisadas.

Um outro ponto interessante abordado pelo autor no texto é a associação do jeitinho à persuasão, como vemos na linha 7, posicionamento distinto dos demais textos analisados. Com base nessa abordagem podemos dizer que o autor acredita que a oratória, ou melhor dizendo, a esperteza e a capacidade de envolvimento, típica do brasileiro, seria um aspecto do jeitinho inato, nos levando a observar o título do texto. O jeitinho, para esse autor, não é considerado ato de corrupção, mas como possibilidades de resolver situações-problema de forma criativa, eficaz, envolvente e ainda persuasiva.

8	(...) As pessoas costumam utilizar tanto de
9	gambiarras que existem websites inteiros com ideias, como usar o
10	pedal de bicicleta como maçaneta e até como fazer um chuveiro
11	de garrafa pet, essas matérias são tão criativas que recebem
12	muitos comentários como “a nasa precisa estudar os brasileiros” e
13	“merece o nobel de criatividade”; como dizia Platão “a necessidade é a
14	mãe da inovação”.
15	O livro também retrata sobre o jeitinho falado (...), por isso quando se está
16	em uma fila de banco e uma pessoa quer passar na sua frente é possível
17	ouvir o seguinte argumento: “tenho uma entrevista de emprego muito
18	importante, pois estou desempregado há 9 meses, eu não posso me atrasar!
19	posso passar na sua frente? Por favor? Dessa maneira, você logo deixa a pessoa
20	passar na sua frente (...), mas o que se deve saber é que você foi alvo
21	do jeitinho, pois a carga emocional direcionada a você pela pessoa
22	em questão, foi proposital (...).

Continuando a observação desse texto 6 vemos, na linha 13, o emprego do **argumento de autoridade**, trazendo uma afirmação de Platão para corroborar com a declaração apresentada associando jeitinho à criatividade, a fala do conhecido filósofo é usada como recurso de credibilidade e validação da fala de produtor do texto, que o fato do brasileiro enfrentar muitas situações adversas fora das possibilidades que possui para resolver é o fundamento para a inovação e criatividade tão associada aos brasileiros e amplamente divulgada pelas redes sociais através de memes e expressões típicas. O autor do texto deixa claro seu ponto de vista, nas linhas 20 e 21, de que a oratória irreverente e envolvente do brasileiro é característica típica desse jeitinho inato no comportamento e na cultura do país. Que este é capaz de convencer, envolver emocionalmente e persuadir o outro a atender um pedido ou fazer o que deseja.

É interessante a forma como o autor defende e associa o jeitinho não só a comportamentos inovadores típicos do brasileiro, como adaptar-se a mais diversas situações, mas a sua oratória, indo além de atitudes, transcendendo a intenções e até mesmo premeditações com o objetivo de persuadir presentes nos discursos. Dessa forma podemos dizer que, na visão do autor, o jeitinho não é apenas um tipo de comportamento eventual que

se manifesta para resolução criativa de situações-problema quando necessário, mas que está enraizado no caráter do brasileiro, contribuindo para sua constituição como pessoa, ser humano e cidadão brasileiro.

Observando ainda a linha 20, temos a presença do operador argumentativo **mas**, muito frequente nas construções textuais dos alunos para apresentar conclusões contraditórias. Percebemos que o discurso usado pelo autor como exemplo e que de certa forma pode nos comover e convencer a ceder nossa vaga na fila, pois o que seriam 10 minutos a mais de espera numa fila comparado a perda de oportunidade de emprego de alguém necessitado, nada mais é que a atuação do jeitinho na oratória do indivíduo com a intenção premeditada de tocar emocionalmente o outro e se “dar bem” conseguindo se livrar de uma espera maior. Claramente defende que o jeitinho está atrelado não só a comportamentos, mas a oratória envolvente e de caráter persuasivo dos brasileiros, proporcionando uma gama de possibilidades de seu uso no cotidiano.

Texto 7: Jeitinho brasileiro

1	Brasil, “o país do jeitinho” do qual ouvimos muito falar
2	do tão clássico “jeitinho brasileiro” mas normalmente não conseguimos defini-lo. (...)
3	Um dos aspectos interessantes do jeitinho é que seu
4	caráter é universal. Todas as pessoas já ouviram falar ou fazem
5	uso do mesmo, “o senhor não pode dar um jeitinho?”, uma típica
6	frase onde é raro encontrar alguém que não a tenha falado.
7	O jeitinho é algo do faxineiro ao empresário (...)

No texto 7 é possível perceber uma certa confusão de posicionamento do autor ao falar a respeito do jeitinho. Inicialmente afirma que é característico do povo brasileiro, porém na sequência, linha 4, declara que este possui um caráter universal. Diante dessa afirmação podemos levantar a hipótese de que essa mudança de pensamento pode se dar devido ao caráter da maioria das pessoas, independente do país em que vivem, pois de acordo com ele “todas as pessoas já ouviram falar ou fazem uso do mesmo”, generalizando, de certa forma, o uso do jeitinho, não o limitando ao povo brasileiro.

Nesse trecho podemos perceber que o autor não faz acepção de pessoa ao se referir a quem usa do jeitinho no seu cotidiano, portanto, não seria apenas pessoas de baixa condição ou em situações de problema ou constrangimento que seriam levados a inovar através do

jeitinho, como alguns dos outros textos apresentaram esse termo, desconstruindo assim a ideia de comportamento criativo a qual muitas vezes o jeitinho foi associado, mas englobando pessoas de todas as origens, profissões e classes sociais, como podemos ver na linha 7, “o jeitinho é algo do faxineiro ao empresário”, defendendo que o tal jeitinho não é apenas um traço de comportamento e nem só do brasileiro, mas uma característica da formação do caráter de todas as pessoas, independente de sua origem ou classe social.

Na linha 2, o autor declara que não é possível definir o termo jeitinho claramente, deixando margem para deduzirmos que não possui um posicionamento claro quanto a positividade ou negatividade dessa expressão, principalmente no que diz respeito a atitudes do cotidiano, vistas como até muitas vezes inofensivas. O que é possível notar é a abrangência com que trata do assunto, chegando a ser radical quanto a presença desse “comportamento”, já que no seu ponto de vista, todas as pessoas em algum momento da vida usam desse jeitinho para resolver situações-problema ou indesejadas.

8	(...) O Brasil, no ranking de 2015, ficou em 2º lugar
9	dos países mais corruptos perdendo apenas
10	para a Coreia de Norte. (...)
11	Onde principalmente encontramos os políticos nessa situação. (...)

Nesse outro trecho do texto 7, vemos que o autor fez uso do **argumento por comprovação**. Mesmo não apresentando a fonte de onde retirou os dados sua intenção de comprovar e validar sua afirmação através de números é bem clara. Esse tipo de argumento, juntamente com o argumento de autoridade é um dos que mais aparecem nas produções dos alunos do 1º ano, confirmando a necessidade de validação e comprovação de seus argumentos, acreditando que, principalmente, com essas técnicas específicas seus textos serão muito mais levados a sério e eles próprios vistos como autores que sabem do que estão falando e possuem informações suficientes para isso.

Na linha 11, o autor cai na ideia comum e mais uma vez percebemos que o jeitinho como comportamento negativo e corrupto é associado aos políticos e suas atitudes públicas, deixando fora dessa concepção as pequenas atitudes ilícitas praticadas pelo cidadão comum. Deixou claro em seu texto que todos praticam o jeitinho como parte de seu cotidiano e de sua constituição como pessoa, mas a associação do termo à corrupção fica a cargo apenas da classe política do país, isentando os demais dessa conceituação negativa e vergonhosa.

A partir das análises quantitativas e qualitativas realizadas nesses textos dissertativo-argumentativos de alunos do 1º ano do ensino médio da rede pública estadual, pode-se considerar que o interesse primeiro motivado por um longo período de conversas com professores de Língua Portuguesa a respeito da argumentação ou ausência dela nos textos dos alunos de ensino médio, e que incentivou essa pesquisa foi satisfeito. E não só sobre a constatação da existência ou não da argumentação nas produções desses alunos, mas essa pesquisa proporcionou entender como acontece a construção da argumentação por meio de operadores e estratégias argumentativas presentes em cada texto analisado.

Comprovou-se que não se pode afirmar que um texto não possui argumentação, é necessário antes de tudo observar a construção desse texto, identificando os elementos linguísticos que o compõem, como os operadores argumentativos e compreendendo seu processo de formação, além de perceber as estratégias argumentativas usadas na construção dos argumentos, principalmente se tratando do gênero textual dissertativo-argumentativo, que originalmente proporciona abordagem de assuntos relevantes de caráter social e, conseqüentemente assuntos polêmicos que carecem de um posicionamento por parte do autor defendendo um ponto de vista sobre determinado tema, com o objetivo de influenciar, persuadir por meio de argumentos.

A argumentação é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva. Esse texto, total ou parcialmente, poderá apresentar-se sob forma *dialógica* (argumentação interlocutiva), *escrita* ou *oratória* (argumentação monolocutiva), e é nesse quadro que poderão ser utilizadas as expressões “desenvolver uma boa argumentação”, “ter bons argumentos”, “bem argumentar”, etc. (CHAURADEAU 2016, p. 207).

Para concluir essa parte de análises sobre a presente construção da argumentação nesses textos, voltemos a um dos nomes estudados para fundamentar essa pesquisa, Charaudeau (2016) que defende que argumentar é uma atividade discursiva que visa convencer, persuadir seu interlocutor a compartilhar sua opinião e apresenta o que se pode chamar de categorias de análise para a argumentação. Para ele, é preciso existir na argumentação uma proposta que provoque um questionamento, o que foi visto nos textos analisados, todos eles abordando sobre o conhecido jeitinho brasileiro, tema por si só controverso e passível de questionamentos.

Ainda segundo o linguista, deve haver um sujeito que desenvolva um raciocínio, e em cada texto houve um autor, um sujeito apresentando uma tese a respeito do que acreditava significar o jeitinho brasileiro e, por último, que haja um outro sujeito alvo da argumentação.

Como vimos, os textos concorreram em uma competição de escrita proporcionada pelo Ministério Público de Bacabal e passaram por mais de uma seleção, tendo que convencer primeiro o professor de Produção Textual, segundo a comissão formada pelos coordenadores e professores de Língua Portuguesa da escola onde estudavam e terceiro uma outra comissão formada por técnicos da URE – Unidade Regional de Educação.

Por isso, com base nas teorias e perspectivas estudadas sobre a argumentação incluindo essas categorias apresentadas por Charaudeau e nas análises realizadas, é possível afirmar que a argumentação está presente nos textos de alunos do ensino médio, mesmo daqueles considerados inaptos e despreparados para a escrita argumentativa do gênero redação escolar como pode acontecer com os alunos do 1º ano por estarem ainda nos anos iniciais, trilhando os primeiros passos para o desenvolvimento da prática da escrita e conclusão do ensino médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A argumentação é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 207). Só foi possível conhecer esta e outras definições a respeito de argumentação através dessa pesquisa que possibilitou o contato com várias teorias e perspectivas relacionadas ao estudo da argumentação, compreendendo sua abordagem tanto no campo da linguagem quanto no campo do discurso.

A inquietação sobre a presença ou não de argumentação nas produções textuais dos alunos do ensino médio, levantada por um colega professor que questionou essa possibilidade, foi a mola propulsora que incentivou a realização dessa pesquisa. Como o texto que influenciou o comentário do referido professor se tratava de uma redação escolar, era preciso propor uma atividade semelhante em que aos alunos produzirem textos que possibilitasse a realização dessa investigação.

Nesse mesmo período, estava sendo realizado na escola um projeto do Ministério Público de Bacabal em parceria com a Unidade Regional de Educação – URE, que justamente incentivava, tendo como base um livro de autor brasileiro, a produção textual na tipologia dissertativo-argumentativo, especificamente no gênero redação escolar pelos alunos do ensino médio de todas as escolas estaduais pertencentes a essa regional de educação. Ter acesso as produções dos alunos do 1º ano, série de atuação, foi a oportunidade ideal para a concretização do passo inicial desse trabalho.

Logo após a realização desse projeto foi dado início a pesquisa e aos estudos sobre a argumentação, nos oportunizando conhecer diferentes perspectivas a respeito da construção da argumentação, as teorias de vários autores no campo da língua - Oswald Ducrot, Jean-Claude Anscombe, José Luiz Fiorin, Ingedore Koch, entre outros, e no campo do discurso – Patrick Charaudeau, Chaim Perlaman, Olbrechts-Tyteca. Essa saga resultou em uma visão sobre o ensino da argumentação em sala de aula muito distinta da que possuía antes, ampliando a visão para a análise e compreensão de fato dos textos produzidos pelos alunos no que tange a argumentação e seu processo de construção.

Constatamos que a argumentação se caracteriza por uma interação constante entre todos os elementos, levando em consideração as práticas discursivas e as modalidades múltiplas e complexas da ação e da interação languageiras, reivindicando seu lugar não somente nas ciências da comunicação, mas também na linguística do discurso, analisando o uso que se faz da linguagem em situações concretas.

A partir dessas conceituações foi possível perceber que mesmo sendo alunos do 1º ano, série inicial do ensino médio e ainda no início de seus estudos de maior complexidade, foram capazes de produzir textos dissertativo-argumentativos, tipologia estudada especificamente e mais profundamente apenas nos último ano da educação básica, justamente por ser o tipo textual exigido nos exames de avaliação externa como os vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, fazendo uso de operadores argumentativos e estratégias argumentativas, ainda que alguns deles talvez tenha sido de forma não intencional ou consciente, corroborando com a afirmação de Koch (2018, p. 23) que “argumentar é humano”, é natural.

Constatamos também através da análise do uso dos elementos responsáveis pela construção da argumentação presentes nas produções que a ideia que se tem ainda sobre os moldes e estudos da argumentação que têm orientado os alunos nas produções de textos dissertativo-argumentativos, especialmente no que se refere ao gênero redação escolar, não tem surtido o efeito esperado. Essa comprovação é possível observando os percentuais dos resultados do vestibular mais aspirado e destacado por alunos e professores, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, no qual o número de redações zeradas tem aumentado a cada edição anual do exame.

Em hipótese, tais resultados podem ser consequências do tipo de abordagem feita dos elementos argumentativos na construção da argumentação, que são abordados de forma superficial, como um modelo a ser seguido, orientando a escrita dos alunos a uma limitação produtiva, fator prejudicial para o desenvolvimento das habilidades de produção. Tal modelo de prática de escrita textual difundido no país, já que o ENEM é um exame de ordem nacional regido e organizado por órgãos de autoridade nacional no campo da educação, precisaria ser repensado.

Por isso, trouxemos no trabalho aqui apresentado uma discussão acerca do ensino da argumentação em sala de aula, objetivando proporcionar uma reflexão a respeito dessa temática que possibilite novas pesquisas que busquem uma maneira de contribuir para a melhoria, ampliação e aprofundamento do ensino da argumentação na sala de aula e em todo o contexto escolar.

Esse trabalho nos possibilitou conhecer e identificar os operadores argumentativos e as estratégias argumentativas que contribuem para o fascinante processo de construção da argumentação, assim como constatar que a problematização inicial que incentivou essa pesquisa sobre a presença ou não da argumentação em textos de alunos do ensino médio da

rede pública proporcionou um mundo de conhecimentos referentes ao processo argumentativo e sua abordagem em sala de aula.

A pretensão desse trabalho foi identificar e analisar os operadores argumentativos e estratégias de argumentação nos textos de alunos do 1º ano do ensino médio, bem como proporcionar discussões que gerem reflexões a respeito da argumentação em sala de aula que abram caminho para próximas pesquisas, especificamente enfocando essa temática de maneira relevante não só para comunidade acadêmica, mas para a sociedade como um todo e, não apresentar uma fórmula de ensino de argumentação ou apontar uma metodologia adequada a ser utilizada no ambiente escolar.

Tendo a ideia de que o objetivo foi alcançado, chega-se à conclusão de que a afirmação acerca da ausência de argumentação nos textos dos alunos de ensino médio que influenciou essa pesquisa, foi contraposta pelas análises realizadas nas produções textuais e aqui apresentadas. Com base nos estudos foi possível constatar que a argumentação está presente tanto na língua, quanto no discurso e, conseqüentemente nas relações interpessoais refletidas na fala e na escrita.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michael. **Textos: tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019.
- AMARAL, Emília et al. **Novas Palavras: 1º ano. 2ª ed.** São Paulo: FTD, 2013.
- AMOSSY, Ruth. **A Argumentação no Discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
- ANSCOMBRE Jean-Claude ; DUCROT Oswald. L'argumentation dans la langue. **Langages**, nº 42, p. 5-27. 1976.
- ARAÚJO, Maria Aldenora Cabral de. Operadores Argumentativos: indicadores da organização relacional dos textos de opinião escritos em inglês/língua estrangeira. **Atomia**, v., pp. 1-16, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. rev. ampl. e atual conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria n. 391**. Portaria Ministerial nº 391, de 07 de fevereiro de 2002.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- BRESSANIN, J. A. **Prática de Leitura e Produção Textual no Ensino Médio**: aperfeiçoando a capacidade de argumentar. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 152p, 2006.
- CALDAS, Luiz Eduardo Cardoso. **Relações Conjuntivas Causais em Perspectivas Psicolinguísticas**: processamento linguístico, leitura e ensino. 120fls. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Pontífice Universidade Católica, 2013, 120fls.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- CORRÊA, Vilma Reche; GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **Textos Dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Cebraspe, 2016.
- DUCROT, Oswald. **O Dizer e o Dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo, Contexto, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e Argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas, SP: Pontes, 1987.

KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e Argumentar**. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, Ingedore G. V. **Uma Visão Argumentativa da Gramática**: os operadores argumentativos. *Letras de Hoje*, v. 18, n. 2, 11 jun. 2014.

KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e Linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e Linguagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOCH, Ingedore G. V. **Linguística Textual**: retrospecto e perspectiva. In: *Alfa*, São Paulo, 41:67- 78, 1997.

LEITÃO, Selma; DAMIANOVIC, Maria Cristina. **Argumentação na Escola**: o conhecimento em construção. Campinas, SP: Pontes Editora, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística Textual**: o que é como se faz? São Paulo: Parábola, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Edivaldo Pereira do. O ensino da argumentação na leitura, produção textual e na análise linguística: reflexões teórico-propositivas. Artigo científico (VI ECLAE/GELNE) - Universidade Federal da Paraíba. **Revista do GELNE**, Natal, RN, vol. 17, número 1/ 2: 159-183, 2015.

NIÉRE, Juliana Sanches. **A Transposição Didática do Gênero Dissertação Escolar**. Dourados, 2010, 185 p. (Dissertação de mestrado – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras – UFGD).

ORMUNDO, Wilton. **Se Liga na Língua**: literatura, produção de texto e linguagem / Wilton Ormundo, Cristiane Siniscalchi. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS -TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, Christian. **A Argumentação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PEREIRA, Paulo Ricardo Soares. **Operadores Argumentativos em Redações Modelo ENEM**: da ocorrência à articulação textual-discursiva. Anais do II Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Oração. Volume 1. N. 2. Niterói: Letras da UFF, 2019.

REVISTA MUNDO JOVEM. **Produção Textual**. V. 01, Nº 01, 2016.

SCHWARZBOLD, Caroline. **Uma Abordagem dos Operadores Argumentativos em Artigo de Opinião**: uma proposta de sequência didática para o 9º ano. Uberlândia, 2015, 155 p. (Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Uberlândia / PROFLETRAS).

SILVA, José Leopoldo Morais da. **Ensino do Gênero Redação/dissertação Escolar**: por uma escrita autoral e funcional. Paraíba, 2018, 131 p. (Dissertação de mestrado profissional em Letras em Rede Nacional – UEP).

SILVA, Carmen Luci da Costa et al. **Teoria do Discurso e Ensino** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MARANHÃO, Secretaria Estadual de Educação. **Diretrizes Curriculares**. 3. ed. Secretaria de Estado da Educação de Maranhão, SEDUC, São Luís, 2014.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e Textualidade**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes/Selo Martins, 2016.